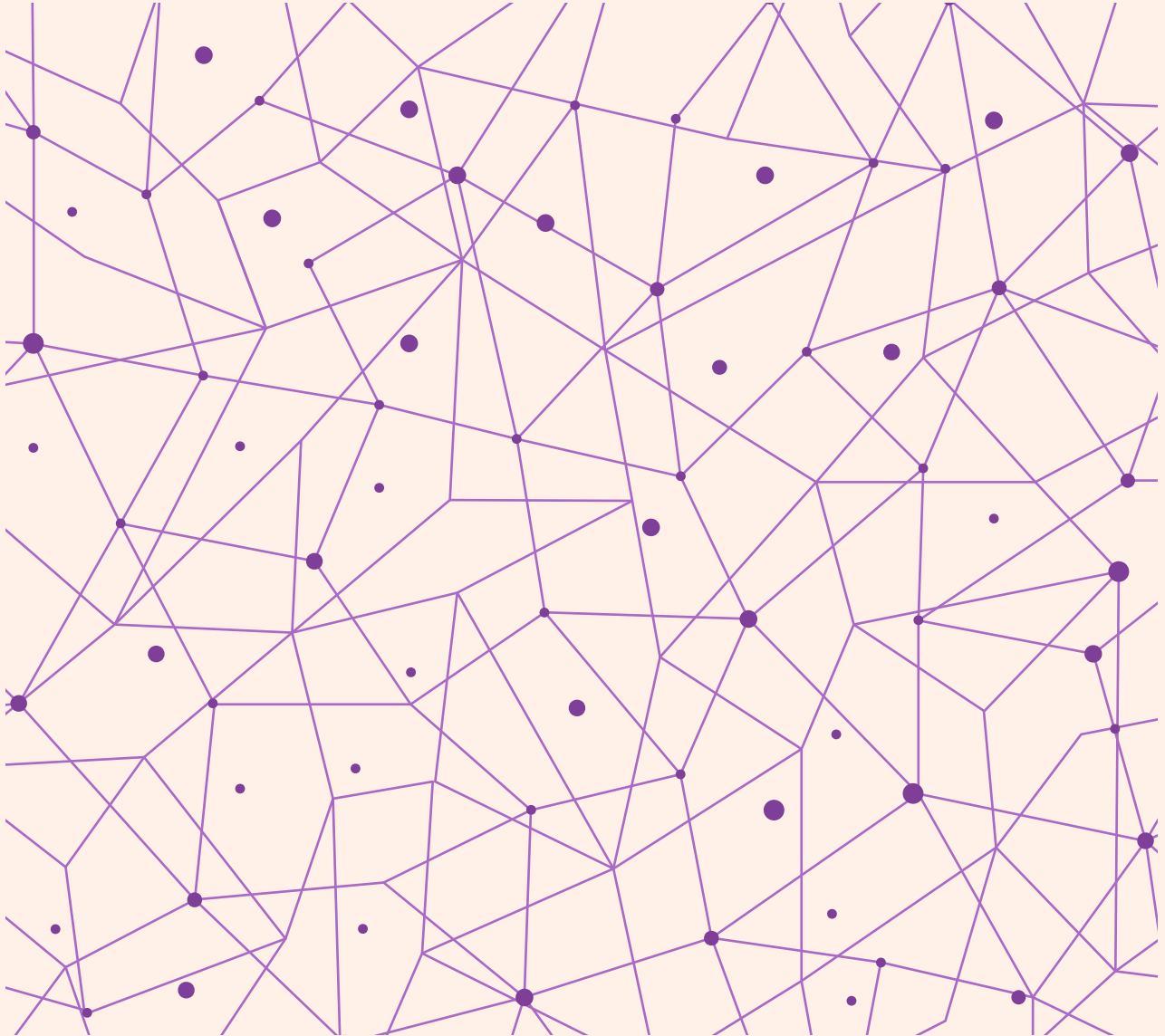


Grupo PALCO



Elementos de Gramática Cognitiva

Organizadores:
Claudete Lima | Diogo Pinheiro



Claudete Lima | Diogo Pinheiro

Elementos de Gramática Cognitiva

FORTALEZA – CEARÁ

2025

Editora-Chefe

Paula Perin

Comitê Editorial

Ana Paula Oliveira Santana (UFSC)
Aline Rodrigues Nogueira (URCA)
Aucélia Vieira Ramos (UFPI)
Dannytza Serra Gomes (UFC)
Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (UFC)
Fabiana dos Santos Lima (IFCE)
Hérica Paiva Pereira (UFCG)
Maria João Broa Martins Marçalo (Universidade de Évora, Portugal)
Maria Lúcia de Souza Agra (URCA)
Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez (UEFS)
Sandra Maia Farias Vasconcelos (UFC)

Preparação dos originais e revisão Maria Claudete Lima
Capa e projeto gráfico Isa Duarte
Imagem da capa <http://vecteezy.com/>
Diagramação Andressa Spinosa

Este material foi produzido gratuitamente e sua distribuição é livre, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Elementos de gramática cognitiva [livro eletrônico] /
organizadores Claudete Lima, Diogo Pinheiro. –
Juazeiro do Norte, CE : Editora Perin, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84826-30-4

1. Desenvolvimento cognitivo 2. Gramática
3. Línguas e linguagem 4. Linguística I. Lima,
Claudete. II. Pinheiro, Diogo.

25-248179

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**Editora Perin**

Serviços editoriais para autores independentes
Telefone: +55 (88) 99851-9202

✉ editoraperin
✉ editoraperin@gmail.com

SUMÁRIO

	Gramática Cognitiva: princípios fundamentais.....	4
	Diogo Pinheiro	
	Claudete Lima	
1	Perspectivação e pontos de vista.....	13
	Lee Pontes	
2	Estrutura de eventos.....	22
	Claudete Lima	
	Andressa Spinosa	
3	Fictividade: a imaginação na linguagem.....	33
	Camila Neiva Leite de Oliveira	
4	Modelos epistêmicos e a modalidade.....	42
	Clara Sousa	
	Diogo Pinheiro	
5	Morfologia cognitiva.....	49
	Alão Aguiar	
	Paulo Handerson Rodrigues Mota	
6	O processamento cerebral na realização da categorização: intersecções dos estudos da linguística cognitivo-funcional e da neurociência.....	65
	Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque	
	Dados dos autores.....	85

GRAMÁTICA COGNITIVA:

Princípios fundamentais

Diogo PINHEIRO
Claudete LIMA

A Gramática Cognitiva (GCog) é um modelo de representação do conhecimento linguístico do falante desenvolvido originalmente por Ronald W. Langacker ao longo dos anos 1970 e sintetizado originalmente em duas obras monumentais: os volumes I e II das *Foundations of Cognitive Grammar* (Langacker, 1987, 1991). Fundada com o nome de “Space Grammar”, que acabou abandonado aparentemente por razões mercadológicas (Pinheiro; Alonso, 2018), a GCog se caracteriza pelos seguintes princípios fundamentais: (i) a ideia de que o conhecimento linguístico tem o formato de uma rede de unidades simbólicas; (ii) a hipótese de que essa rede é moldada pelo uso e estruturada por habilidades cognitivas gerais (isto é, primariamente não linguísticas); e (iii) a adesão radical à ideia de que a forma gramatical é conceptualmente motivada.

Para termos uma visão dessa teoria, devemos, portanto, destrinchar separadamente cada uma dessas propriedades. A propriedade (i) posiciona firmemente a GCog no terreno da Gramática de Construções (GC) – ou, dito de outro modo, no terreno das chamadas *abordagens construcionistas da gramática*. Esse ponto é particularmente interessante porque, por alguns anos, a GCog não foi reconhecida explicitamente como um tipo de GC. Não é simples precisar a razão dessa falha, mas há alguns suspeitos. Uma hipótese, levantada por Croft e Cruse (2004), é, muito simplesmente, a de que a palavra “construção” não aparece nas obras seminais de Langacker. Outra, especulada por Pinheiro (2018), é a de que a forte ênfase no desenvolvimento de um aparato para descrição semântica (de base conceptual/cognitiva), aliada ao uso maciço de diagramas em um sistema notacional *sui generis* (e que demanda, portanto, uma curva de aprendizado acentuada), tenha distraído as comunidades cognitivista e construcionista do fato de que a teoria langackeriana é, um última

instância, uma variante (bastante singular, sem dúvida alguma) do paradigma que hoje se conhece como Gramática de Construções.

Seja como for, hoje não restam dúvidas quanto à inserção da GCog no movimento construcionista – como atestam, por exemplo, sua inclusão como uma das muitas “abordagens construcionistas” no *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (Hoffmann, Trousdale, 2013) e sua menção na análise comparativa entre modelos construcionistas empreendida por Hoffmann (2017). Isso implica dizer que, para a GCog, assim como para qualquer variante da GC, o conhecimento linguístico tem a forma de um inventário estruturado (ou rede) de construções.

Para entender plenamente essa contudo, contudo, devemos colocá-la em perspectiva, situando-a em um contexto mais amplo. Como argumenta Langacker (2008), existem essencialmente três maneiras de se caracterizar (ou se representar) o conhecimento linguístico inconsciente que todo falante tem (e que permite a ele produzir sequências gramaticais, ao mesmo tempo em que o impede de gerar sequências agramaticais). São elas: capturar o conhecimento linguístico em termos de *regras construtivas*, em termos de *filtros*, ou em termos de *unidades simbólicas*.

No primeiro caso, assume-se que o conhecimento linguístico inclui mecanismos (nos termos de Langacker, “regras construtivas”) que montam estruturas sintáticas por meio da concatenação de unidades individuais (tipicamente palavras) – esse é o caso das diversas encarnações da tradição gerativista. Na encarnação atual, por exemplo, conhecida como Programa Minimalista, assume-se que as palavras são tiradas do léxico e manipuladas em um espaço derivacional, no qual o mecanismo fundamental de *merge* (concatenação) as combina em estruturas progressivamente maiores e estruturalmente mais complexas.

No segundo caso, considera-se que o conhecimento linguístico toma a forma de um conjunto de restrições, isto é, um filtro que *selecionam*, em um determinado conjunto de sequências, aquelas que são apropriadas dadas certas restrições previamente estabelecidas – esse é o caso do modelo conhecido como Teoria da Otimidade. Nota a diferença entre essa concepção de

conhecimento linguístico e aquela baseada na noção de regra construtiva: naquele caso, o conhecimento linguístico envolve um mecanismo gerador de sequências bem-formadas; aqui, trata-se um mecanismo *selecionador*, cujo papel é barrar as sequências mal-formadas e aprovar aquelas que atendem às restrições da língua em questão.

Por fim, a terceira possibilidade, sempre segundo Langacker (2008), é considerar que o conhecimento linguístico se constitui, muito simplesmente, como uma vasta e estruturada coleção de unidades simbólicas (ver o capítulo 5 deste volume, intitulado Morfologia Cognitiva). Quando falamos em “unidades simbólicas”, temos em mente qualquer elemento linguístico que possa ser descrito como um pareamento direto e convencional entre forma e significado – o que pode incluir, por exemplo, palavras (a forma fonológica /meza/ expressa o significado móvel formado por pés e um tampo horizontal), estruturas sintáticas (o padrão argumental SUJEITO + VERBO + OBJETO DIRETO + OBJETO INDIRETO expressa o significado de TRANSFERÊNCIA) e contornos entoacionais (o contorno ascendente expressa o significado PERGUNTA). Essa posição é aquela assumida por todas as variantes da GC, dentre as quais se inclui, como já dissemos, a GCog langackeriana.

Há, porém, uma diferença importante entre a GCog e diversas outras abordagens construcionistas – como, por exemplo, a Gramática de Construções Cognitiva (Goldberg, 1995; 2006), a Gramática de Construções Radical (Croft, 2001; 2013) e a Gramática de Construções Baseada em Signo (Boas; Sag, 2012; Michaelis, 2013). Essa diferença está ligada, especificamente, a uma diferença quanto ao conceito de “construção gramatical”: enquanto, na GCog, uma construção gramatical é, necessariamente, um pareamento entre uma forma *fonológica* e algum tipo de significado, nas demais abordagens construcionistas, a forma de uma construção gramatical pode incluir, adicionalmente, informações de natureza morfossintática (como as relações gramaticais de sujeito e objeto, ou a categoria sintática verbo – todas essas noções foram mencionadas no parágrafo anterior). Apesar dessa diferença (a quem se interessar por esse ponto em particular, recomendamos Pinheiro (2018), é

inegável que, tanto na GCog quanto nas demais abordagens construcionistas, o conhecimento linguístico toma a forma de uma rede de unidades simbólicas.

Passemos agora para o princípio (ii), segundo o qual essa rede de unidades simbólicas é moldada pelo uso e estruturada por habilidades cognitivas gerais. A ideia aqui é a seguinte: de um lado, o nosso conhecimento linguístico internalizado (isto é, o saber gramatical armazenado na mente dos falantes) é permanentemente moldado e modificado pela nossa experiência linguística (isto é, resumidamente, o conjunto de sequências linguísticas que nós ouvimos/vemos, falamos/sinalizamos, lemos e escrevemos); de outro, a estrutura e o funcionamento desse conhecimento dependem crucialmente das habilidades cognitivas gerais (ou seja, não especificamente linguísticas).

Em termos práticos, levar em conta o efeito do uso – ou experiência linguística – sobre o conhecimento subjacente implica considerar o impacto de diferentes tipos de frequência de exposição na formatação da nossa gramática mental. Por exemplo, a frequência de ocorrência (em termos simples, a frequência com que somos expostos a um dado item) aumenta o grau de ativação de uma dada construção na rede construcional, ao passo que a frequência de coocorrência (em termos simples, a frequência com que dois itens ocorrem de forma contígua na nossa experiência linguística) impacta a força da vinculação entre dois componentes de uma dada construção (Diessel, 2019; Diessel, Hilpert, 2016).

Por outro lado, levar em conta os mecanismos cognitivos não especificamente linguísticos implica considerar de que maneira processos mentais associados à cognição geral estruturam a nossa rede de construções. Dentre estes, dois processos particularmente caros à tradição cognitivo-funcional em linguística (na qual a GC se inclui) são a categorização (isto é, a capacidade humana de agrupar elementos afins) e, diretamente relacionada a ela, a abstratização (isto é, a capacidade humana de construir representações mais abstratas a partir da identificação de afinidades entre elementos concretos).

Por fim, a GCog langackeriana se singulariza, no território das abordagens construcionistas, por uma ênfase fortíssima à hipótese de que linguagem é

conceptualmente motivada. A ideia aqui é a de que todas as propriedades formais, sem exceção, estão a serviço da expressão de algum significado. Daí decorre que duas formas distintas deverão, necessariamente, expressar significados também distintos. Com efeito, essa aposta é precisamente o que motiva, em primeiro lugar, a emergência do modelo, ainda nos anos 1970 (Pinheiro; Alonso, 2018). Naquele momento, a pergunta que parece ter conduzido o pensamento langackeriano a uma guinada teórica foi: qual é – e como representar apropriadamente – a diferença entre sentenças semanticamente similares (como, por exemplo, “The clock is sitting on the table” e “The clock is standing on the table” – para citar dois exemplos presentes em um artigo ancestral publicado em 1976)?

Foi, em última instância, para dar conta desse tipo de distinção semântica sutil que Langacker erigiu todo o arsenal de descrição semântica, aliado a um sistema notacional próprio, que caracterizam e singularizam tão fortemente a GCog. Esse arsenal recorre a processos alegadamente presentes na cognição não linguística para representar o significado das formas linguísticas. Por exemplo, o conjunto de processos referidos como *ajustes focais* (em inglês, “focal adjustments”) busca capturar a capacidade humana de conceptualizar uma mesma situação de diferentes maneiras. Note que essa não é, de modo algum, uma capacidade especificamente linguística: por exemplo, ao assistir a um jogo de futebol, eu posso prestar atenção na jogada onde está a bola (e deixar o restante do jogo na periferia do meu campo visual) ou centrar minha atenção nos movimentos do goleiro (de maneira que todo o restante do jogo, incluindo a jogada onde a bola está, se torna pano de fundo perceptual).

Para a GCog, naturalmente, o que importa é a maneira como esse tipo de habilidade cognitiva estrutura o componente semântico das línguas naturais, de maneira que podemos recorrer a ele para destrinchar a diferença semântica entre formas gramaticais aparentemente sinônimas. Por exemplo, podemos recorrer a processos associados aos ajustes focais para capturar a diferença entre uma sentença ativa, como *João chutou a bola*, e sua contraparte passiva (nesse caso *A bola foi chutada por João*).

Em suma, a GCog é um modelo de representação do conhecimento linguístico que se caracteriza por tratar esse conhecimento como uma rede de unidades simbólicas (construções gramaticais), moldada pela experiência linguística do falante e estruturada por meio de habilidades cognitivas gerais, e por enfatizar radicalmente a ideia de que a forma linguística é conceitualmente motivada. A primeira propriedade é comum a todas as versões da GC, e a segunda é comum a todas as versões cognitivo-funcionais da GC, mas o tratamento sistemático e exaustivo do significado, a partir de uma semântica de base conceitual, é, no terreno da GC, uma especificidade da GCog.

Apesar de ser um modelo extremamente bem-sucedido, que já se mostrou capaz de dar conta de uma miríade de fenômenos distintos em diferentes línguas, a GCog ainda conta com relativamente poucos adeptos e poucas obras de apresentação da teoria – para além daquelas produzidas pelo seu próprio fundador. Isso se deve, provavelmente, ao caráter inegavelmente *sui generis* do modelo, que, ao menos no seu sistema notacional, se distancia notavelmente de outras versões da GC. Para o leitor brasileiro iniciante, esse problema se aprofunda, na medida em que não existia, até o lançamento deste livro, nenhuma introdução à teoria em português.

Esta obra pretende, portanto, começar a preencher essa lacuna. Naturalmente, ela não abrange todos os conceitos relevantes da GCog. Apesar disso, ela oferece ao leitor lusófono uma introdução acessível, em língua portuguesa, a um conjunto significativo de noções centrais à abordagem langackeriana.

No capítulo 1, Lee Pontes trata da noção de perspectiva, que abrange também uma noção central na Gramática Cognitiva de Langacker, que é *conceitualização*. Para isso, mostra como a escolha do ponto de vista pode contribuir para determinados efeitos de sentido, especialmente, em textos jornalísticos. O capítulo 2 aborda estrutura de eventos, mostrando como se estruturam eventos de mudança provocada e mudança não provocada. O tema desemboca na noção de *construto absoluto*, uma forma de estruturar eventos espontâneos ou dados como tais, baseada na assimetria autonomia/dependência conceitual proposta por Langacker (1991). Lima e

Spinosa apresentam o construto absoluto ligado à noção de não atribuição de causalidade por meio de uma série de dados reais do português e do italiano. No capítulo 3, Oliveira discorre sobre a nossa capacidade de representar fenômenos que transcendem a realidade imediata. Baseada em Langacker, mas recorrendo também a autores que trataram do tema, a autora passeia por várias manifestações da fictividade para chegar à interação fictiva, oferecendo fartos exemplos retirados da Web e do Twitter. O quarto capítulo ocupa-se dos chamados modelos epistêmicos, segundo Langacker. Sousa e Pinheiro detalham os três modelos do autor, mostrando como cada um destaca diferentes facetas da nossa conceptualização da realidade e como podem ser invocados para descrever fenômenos ligados à modalidade. No quinto capítulo, Aguiar e Mota fazem uma clara e didática exposição sobre uma área pouco desenvolvida no Brasil, a morfologia cognitiva. Para isso, partem da noção de *unidade simbólica* para chegarem a alguns conceitos centrais, como *composicionalidade*, *analisabilidade*, *autonomia/dependência* e *base/elaboração*. Como nos demais capítulos, a exposição do tema é enriquecida com exemplos do português com o fim de tornar esta introdução mais palatável. O sexto e último capítulo traz a base neurológica para os temas discutidos nos capítulos anteriores, em especial, a categorização. Bertoque, de forma didática, com ricas ilustrações, versa sobre como se dá o processamento e o armazenamento de informações na mente e argumenta como o funcionamento do cérebro se coaduna com a postulação da Gramática Cognitiva de uma mente não modular. Para isso, a autora percorre noções ligadas à categorização, como prototipia, categoria radial, informatividade e marcação, relacionando-as ao processamento cerebral.

Ainda que deixando de lado uma série de temas relevantes da Gramática Cognitiva, de Langacker, acreditamos que esta breve introdução cumprirá seu papel se servir para instigar o leitor iniciante a buscar mais detalhes nas obras citadas nas referências e recomendadas ao final dos capítulos.

REFERÊNCIAS

- BOAS, Hans C.; SAG, Ivan A. (Eds.). **Sign-Based Construction Grammar**. Stanford, CA: CSLI Publications, 2012.
- CROFT, W. **Radical construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CROFT, W. Radical construction grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). **The Oxford handbook of construction grammar**. New York: OUP, 2013.
- DIESSEL, Holger. **The Grammar Network**: How language structure is shaped by language use. Cambridge: University Press, 2019.
- DIESSEL, Holger; HILPERT, Martin. Frequency effects in grammar. In: Oxford **Research Encyclopedia of Linguistics**. Oxford: Oxford University, 2016. DOI: 10.1093/acrefore/9780199384655.001.0001.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions**: a Construction Grammar approach to argument structure. Chicago, IL University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions at work**: The nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. **The Oxford handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- HOFFMANN, T. Construction Grammars. In: DANCYGIER, B. (Ed.). **The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics**. Cambridge: University Press, 2017. p. 284-309.
- LANGACKER, R. W. Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. **Foundations of language**, 14, 3, p. 307-357, 1976
- LANGACKER, R.W. **Foundations of Cognitive Grammar**. Theoretical prerequisites. Stanford/California: Stanford University Press, v. 1, 1987.
- LANGACKER, R.W. **Foundations of Cognitive Grammar**. Descriptive application. Stanford/California: Stanford University Press, v. 2, 1991.
- LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar**: a basic introduction. Oxford university press, 2008.

MICHAELIS, Laura A. Sign-Based Construction Grammar. HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme (Eds.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. New York: Oxford University Press, 2013, p. 133-152

PINHEIRO, D. ALONSO, K. 30 anos (ou mais) de Gramática de Construções: primeiros apontamentos para uma história do movimento construcionista (ou: 1988: o ano que não terminou). **Revista Linguística**. Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 6-29, 2018.

PINHEIRO, D. **Interview**: Ronald W. Langacker 2018.

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVAÇÃO E PONTO DE VISTA

Lee PONTES

A noção de ponto de vista tem sido abordada com grande proeminência em estudos discursivos e textuais, seja por um viés normativo ou retórico. Neste capítulo, iremos tratar dessa noção a partir da categoria *perspectiva*. Entendemos que a construção do ponto de vista demanda o acionamento de diversas habilidades cognitivas que, associadas à habilidade de linguagem, possibilitam ao sujeito conceptualizador projetar uma visualização particular de uma dada entidade e/ou entidades e os eventos que se manifestam no evento de fala numa dada situação comunicativa. Perspectiva é um mecanismo cognitivo que permite o ajuste da distância, posição e enquadramento de uma cena concebida de algum objeto de discurso durante a interação social. Os tópicos centrais são a noção de conceptualização, os ajustes focais envolvidos na conceptualização, o ajuste focal de perspectivação e a construção do ponto de vista na perspectivação.

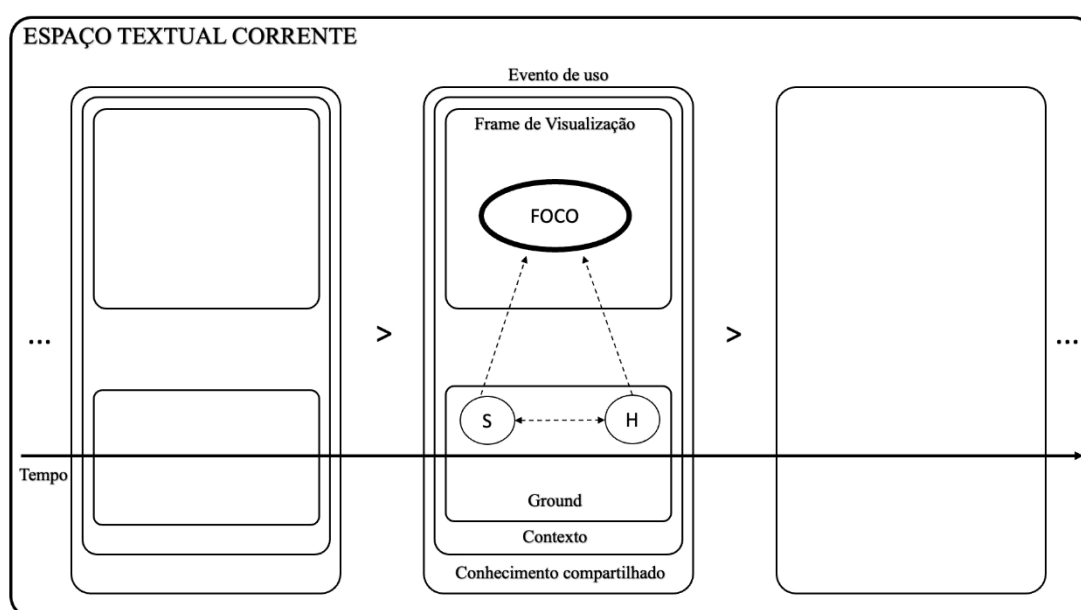
1 Conceptualização

O mundo não é representado pela língua como algo neutro ou produto puro da racionalização, mas trata-se de um ato de conceptualização em que uma série de fatores extralinguísticos são acionados e agem sobre a produção de um evento de fala. Os eventos de fala não são ilhas isoladas, mas atuam sempre em conexão com eventos anteriores e se projetam para eventos comunicativos futuros. Há uma conexão intrínseca entre os eventos de fala na situação comunicativa, sendo que um evento de fala se realiza pela conexão de dois polos: frame de visualização e o “ground”¹. A parte superior chamada de frame

¹ Optou-se por manter a palavra em inglês por ser um termo técnico na Gramática Cognitiva de Langacker (1988).

de visualização é formatada pelo recorte espaço-visual em que se focaliza algo que o conceptualizador julga por relevante. Na parte inferior, se projetam o conceptualizador (S) e o co-conceptualizador (H) que estão em interação ($\leftrightarrow$) e sua atenção se volta para um elemento em foco. A conceptualização se dá dentro de um contexto e implicada por conhecimentos compartilhados pelos sujeitos da interação no intercurso do tempo. A figura 1 demonstra como se dá a conexão entre os eventos de fala e como esses elementos se interrelacionam.

Figura 1: A inter-relação dos eventos de fala



Fonte: adaptado de Langacker (2001a)

Assim, a figura 1 coloca em destaque que um dado evento de fala está sempre inter-relação no tempo aos outros e se projeta para o seguinte. Deste modo, um evento de fala ou grupo de eventos podem ser abstraídos e convencionalizados como uma unidade. A conceptualização é uma habilidade cognitiva que, em paralelo com outras habilidades, possibilita a construção de eventos de falas e comunicar sentimentos, intenções, desejos e toda a gama informações necessárias ou relevantes para a interação entre os sujeitos conceptualizadores.

Toda conceptualização demanda elementos orientadores que funcionem como coordenadas para delimitação do significado. A língua permite que o

significado seja organizado e estruturado para atender as implicações particulares das situações de comunicação. O *Ground* é a base ou fundamentos da construção do significado de um evento de fala, pois se articulam os sujeitos conceptualizadores e os papéis que cada um assume numa situação de comunicação.

1. a. Ele foi preso².
b. ELE NÃO, EU VOTO NO 13.

O evento de fala (1a) apresenta entidade e evento dinâmico. Ao ser executado numa dada situação de comunicação, o *Ground* fornece elementos para a compreensão dos significados. Os primeiros elementos são conceptualizador e o co-conceptualizador, pois a entidade representada pelo pronome sujeito *Ele* tem seu significado delimitado pelos membros da interação. A entidade conceptualizada na forma de pronome sujeito tem um grau de saliência cognitiva baixa em oposição ao nome próprio, mas, por estar na primeira posição, revela que ambos os membros recuperam com facilidade, por estar na posição da informação dada. O significado de um evento de fala é projetado em coparticipação, afinal, se busca a cooperação.

Em (1b), o contexto delimita o significado das entidades e do evento. Os termos “ELE NÃO”, “EU” e “13” estão informando sobre entidades específicas do discurso político brasileiro, pois o contexto do uso do verbo “votar” aponta para uma situação de ir escolher entre candidatos concorrentes de pleito eleitoral. No contexto político brasileiro, o uso do termo ELE NÃO ficou associado ao candidato do Partido Liberal, como uma forma de não dar visibilidade ao sujeito envolvido em falas misóginas, homofóbicas e criminosas em várias situações comunicativas. O evento de fala se apoia no contexto imediato para garantir que os significados sejam entendidos com facilidade. O contexto pode ser histórico, geográfico, linguístico ou situacional, vale notar que, como exemplificado na figura 1, que o *Ground* se manifesta dentro do Contexto, isso mostra que a base

² A frase foi proferida por Irene Ravache em 2024 no Programa Sem Censura, de Cissa Guimarães. Ravache iniciou a carreira profissional na TV Globo como apresentadora de telejornal. O exemplo 1.a. foi a resposta a “Qual notícia você gostaria de dar?”.

é um contexto imediato à situação de interação. O uso do pronome sujeito EU é entendido como a “primeira pessoa do discurso” e “eleitor de um dado segmento político brasileiro”.

O conhecimento compartilhado é a estrutura maior que envolve todos os componentes, afinal, não há evento de fala sem a articulação de saberes entre os membros da interação. O conhecimento em si de um dado sujeito não pode ser delimitado, mas pode se inferir que alguns saberes são acessíveis: a noção de liberdade e prisão, a compreensão de que o tempo passa, o entendimento de que o sistema político brasileiro permite a escolha de seus representantes etc.

A conceptualização é uma habilidade cognitiva que envolve não só o domínio de informações, mas a ação de mecanismos cognitivos que fazem o ajuste dos recursos linguísticos para a construção adequada da informação e da organização do significado.

2 Ajustes focais e conceptualização

A conceptualização de uma cena não se trata simplesmente da aplicação das regras gramaticais ou da apropriação de um modelo genérico de texto. Langacker (2001) explica que a conceptualização de uma cena demanda uma série de ajustes que organizam a construção da sentença e estruturam o significado. Lembra da figura 1? Pois é, no frame de visualização, o foco se volta para uma área, ou seja, a conceptualização faz seleção daquilo que será o elemento que ocupará a posição focal. Essa escolha se dá por meio de mecanismos cognitivos, chamados de *ajustes focais*, que ajudam a construir as entidades e eventos de um evento de fala. Langacker (1998) aponta quatro mecanismos: perspectiva, especificidade, focalização e proeminência.

Lima (2018) apresenta uma síntese dos ajustes focais para categorizar o evento causativo e não causativo em língua portuguesa. Os ajustes focais orientam o conceptualizador para onde olhar, de onde a cena está sendo observada e o quão detalhada é a atenção do observador. Agora, vamos tratar de três ajustes, deixaremos a perspectiva para o tópico seguinte.

A especificidade atua sobre os detalhes ou o grau de precisão que uma cena (entidades e evento) pode ser conceptualizada. A conceptualização pode ser bem específica (“O segredo de uma velhice agradável consiste apenas na assinatura de um honroso pacto com a solidão.”) ou esquemática (*Algo consiste em alguma coisa*). Langacker (2000) explica que a conceptualização sempre está no meio termo entre os polos anteriores, o que possibilita o encadeamento das informações e, além disso, convida os interlocutores a atuarem em paralelo na construção da interação.

A conceptualização é uma atividade que envolve o encadeamento de diferentes fatias da realidade concebida. A fragmentação da cena em parte é relevante, já que permite a escolha de onde ou de algum ponto para iniciar ou colocar em destaque. Lima (2018) explica que a focalização organiza o relevo discursivo em Figura (primeiro plano) e Fundo (segundo plano).

2. a. O pássaro voa no céu.
b. No céu, o pássaro voa.
c. Voa no céu, o pássaro.
d. Voa, o pássaro, no céu.

A sentença (2a) escolhe a entidade menor (pássaro) no primeiro plano em oposição ao maior (céu). Entretanto, o relevo discursivo permite a alteração do foco figurativo. Um bom exemplo desse jogo e uso do ajuste de focalização é o poema “No meio do caminho” de Carlos Drummond de Andrade, a alteração revela que os obstáculos surgem em diferentes momentos da vida. O poeta utiliza a focalização para salientar o caráter de surpresa e seu impacto na vida do eu lírico.

A proeminência é outra faceta dos ajustes focais, de muita relevância, por garantir a rápida identificação de entidades num ambiente físico. Conforme Langacker (1987), o ajuste de proeminência lida com a saliência relativa das entidades que estão envolvidas num dado evento, por utilizar a relação de Trajector (Tr), entidade com mais destaque, e Marco (M), entidade secundária. O Tr da conceptualização será o alvo, o objeto de discurso de que se fala, avalia ou descreve, portanto, Figura, sendo M a entidade que se vê ao Fundo, no segundo plano.

3. a. O avião da FAB (Tr) pousou em Fortaleza (M) agora.
b. Em Fortaleza (Tr), o avião da FAB (M) pousou agora.

Em (3a), a estrutura informacional se dá pelo movimento da esquerda para direita (Tr -----> M), a ideia é representar o movimento do avião em direção ao alvo. A sentença 3.b. (Tr <----- M) coloca na posição de Tr a entidade alvo e o sujeito como marco. Podemos entender que, na sentença (3a), o conceptualizador está dentro do avião, pois optou em colocar como Trajector o avião. Em (3b), o conceptualizador observa o avião pousando em Fortaleza, assim, se justifica a escolha entre as conceptualizações de mesmo significado e organização diferentes.

Os ajustes focais dão luz às possibilidades de organização da conceptualização, pois as escolhas estão intimamente ligadas à natureza comportamental do ser. A seleção de termos da sentença é motivada e atendem a princípios particulares da cena concebida, que se fundam em bases da interação (conceptualizadores, *ground*, contexto e conhecimento compartilhado).

3 A construção do ponto de vista na perspectivação

Toda conceptualização inclui uma parte do significado na experiência visuoespacial. Tal fenômeno é responsável pela projeção do ponto de vista simulado que se impõe quando a conceptualização é invocada.

A perspectivação permite a modificação da posição do sujeito da conceptualização em relação ao objeto da conceptualização de modo que o posicionamento pode ser espacial, temporal, epistêmico ou axiológico, conforme Langacker (2002). Para apresentar a aplicação da perspectiva, analisaremos quatro manchetes sobre o ato em favor da democracia promovido pelo governo federal.

4. a. Lula minimiza ato esvaziado e diz que envolvidos no 8/1 pagarão pelos crimes: 'Seremos implacáveis' (Estadão)

- b. Lula faz atos sem presidentes de Poderes para lembrar ataques de 8 de janeiro de 2023 (InfoMoney)
- c. 2 anos do 8 de janeiro: governo Lula faz ato em defesa da democracia (G1)
- d. 'Ainda estamos aqui', diz Lula ao exaltar a democracia nos dois anos do 8/1 (Veja)

Para a ancoragem das manchetes, os jornais selecionados partem de momentos diferentes na conceptualização da cena visualizada, ou partem de recorte discursivo de uma entidade ou porções da cena. Nos exemplos (4), as conceptualizações utilizam construções causativas, que se organizam com Sujeito ^{Agente} Verbo ^{ação} Complementos. Em (4a), o verbo minimizar é utilizado na forma figurada, a fim de construir uma ação depreciativa do agente.

Em (4a), a posição do conceptualizador é centrada numa entidade, Lula, e no seu discurso. (4b) coloca o conceptualizador no ponto em que pode visualizar Lula e os que estão em sua volta, daí chamar atenção para ausência dos outros presidentes do Poderes da República. (4c) e (4d) optam por marcar a visualização no tempo, a posição do conceptualizador é temporal, em oposição à posição espacial de (4b).

A angulação nas manchetes, em (4a), (4b) e (4d), é criada e centrada numa entidade, Lula, ocupando a posição de agente, O ângulo cria o grau de proximidade que permite ver essa entidade agente em ação. (4c) opta por um sujeito agente institucional, de modo que a ação de fazer um ato de defesa da democracia precisa ser executada por uma entidade abstrata e maior, embora se mantenha a dimensão personalística. As manchetes têm como ângulo a entidade agente, as outras entidades apresentam saliência cognitiva menor e ocupam a posição de fundo.

A distância projetada emerge da negociação das instâncias âncora e ângulo, assim, em (4a), (4b) e (4d), a posição do conceptualizador e co-conceptualizador se dá num escopo de visualização em que Lula é visto sem a presença de outros sujeitos. Podemos assumir que a entidade Sujeito Agente está no púlpito discursando e o foco da atenção se direciona para o seu rosto. Em (4c), o conceptualizador abre o campo visuoespacial e revela a presença de outras entidades que formam o ser abstrato (Governo Lula).

Figura 2: Imagens que representa as distâncias projetadas nas machetes de 7.a. até 7.d.



Fonte: Agência Brasil (YouTube/CanalGOV/Reprodução)

4 Conclusão

Neste capítulo, introduzimos os estudos da perspectiva e do ponto de vista na Gramática Cognitiva de Langacker (1998, 2000, 2001 e 2002). Procuramos chamar a atenção para a influência da experiência visuoespacial na caracterização do ponto de vista que se projeta na conceptualização. O direcionamento visuoespacial é utilizado para direcionar o entendimento do leitor, bem como revela a avaliação e o julgamento implicado nas escolhas e seus ajustes para refletir aquilo que o conceptualizador atribuiu como mais relevante da cena visualizada. Os dados e os exemplos foram tomados sobre um viés qualitativo de modo a abrir a possibilidade de se aplicar os métodos da análise cognitiva de discurso de Langacker em diferentes tipos de textos, principalmente, na análise do ponto de vista. As conceptualizações não são escolhas aleatórias ou banais, mas trata-se do fruto que emerge da experiência visuoespacial dos sujeitos e que incorpora os eventos físicos. Para tanto, os conceptualizadores utilizam processos metafóricos para estruturar essa experiência na forma de estímulo não físico com base em aspectos culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

CHAFE, Wallace. **Significado e estrutura linguística**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

LANGACKER, Ronald W. Conceptualization, symbolization, and grammar. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure**. Mahwah; Londres: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998, p. 1-39.

LANGACKER, Ronald W. **Grammar and conceptualization**. 2000. Berlin: Mouton de Gruyter.

LANGACKER, Ronald W. A dynamic usage-based model. In: BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne (eds). **Usage-based models of language**. 2000. Stanford, CA: CSLI Publications, p. 1-63.

LANGACKER, Ronald W. Discourse in cognitive grammar. **Cognitive Linguistics** 12: 143-88. 2001. Disponível em <https://terpconnect.umd.edu/~israel/LangackerDiscourse2002.pdf> Acesso em 12 de dez. 2024.

LANGACKER, Ronald W. Deixis and subjectivity. In: BRISARD, Frank (ed.) **Grounding: The Epistemic Footing of Deixis and Reference**. 2002. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 1-28.

LIMA, Maria Claudete. "Gramática é conceitualização". **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 79-97, set. 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6645>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LIMA, Maria Claudete. **A não-atribuição de causalidade na Crônica Geral de Espanha de 1344**. 2009. 471 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós- Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6645>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA DE EVENTOS

Maria Claudete LIMA
Andressa SPINOSA

Na nossa experiência cotidiana, vivenciamos constância e variação³ o tempo todo. Percebemos cenários estáticos, em que as propriedades das entidades permanecem inalteradas e situações dinâmicas em que há alteração nas propriedades das entidades observadas. Ao considerarmos um objeto físico, por exemplo, tendemos a vê-lo como uma entidade estável que persiste ao longo do tempo, exceto quando forças externas provocam sua alteração ou destruição.

Podemos, portanto, classificar as situações em dois tipos principais, com base na presença ou ausência de dinamicidade: *estados* e *eventos*. Nos estados, não ocorre interação energética e o cenário é percebido como uma imagem estática, semelhante a uma cena congelada de um filme. O foco recai sobre a substância, a forma e o espaço, enfatizando o próprio cenário. Os estados refletem as propriedades ou localizações de uma entidade específica. Quando uma entidade é apresentada em um estado (como discutido por Langacker, 1991 e Dik, 1997), ela não é mostrada em processo de mudança. Embora uma propriedade possa ser resultado de uma alteração anterior, ela é apresentada em um estado de equilíbrio relativamente estável, sem variação ao longo do tempo delimitado. Por exemplo, se alguém enuncia algo como “A porta está fechada”, apresenta uma situação estável em que se encontra a porta. A propriedade “fechada” pode ser resultado de mudança, mas é apresentada sem variação no tempo da situação apresentada.

³ Estes dois aspectos, *constância/variação*, são a base da distinção entre *objetos* e *interações*, ou entre *participantes* e *processos*, conforme Langacker (1991, p.14) e Halliday (2004, p.177): *constância* é o manter-se através do tempo e o estar localizado no espaço (concreto ou abstrato). *Variação* (*transição*, em Halliday) é o desenrolar-se através do tempo.

Em contraste, os eventos são caracterizados por interações energéticas, em que o cenário é visto de maneira dinâmica. A ênfase está no movimento, na energia e na passagem do tempo. Os eventos são, por natureza, mutacionais, pois envolvem mudanças ao longo do tempo. Eles podem afetar uma única entidade, que atua como fonte e alvo, ou podem ser provocados por entidades externas. Na frase (1), a mudança afeta a entidade, que é ao mesmo tempo fonte e alvo da energia, que parte dela e volta para ela.

1. As imagens, da câmera de segurança do condomínio onde o casal morava, mostram **a loira se cortando e se machucando de propósito** antes de ir até a delegacia para acusar o ex-cônjuge⁴.
2. A última vez que vimos, foi Vitor Belfort contra Evander Holyfield. **Ele o machucou muito e rápido**. Talvez **Jake provavelmente apenas o machuque** bastante⁵.
3. Muito tempo já passou, e eu não pude te esquecer
A sua imagem vive em mim, as lembranças vêm e vão
E **a solidão me machuca** tanto assim (Paraíso - Erich e Bruno)⁶

Na frase (2), a mudança é provocada por uma entidade externa, que nesse exemplo, figura como sujeito da frase. Ou seja, a ação de *machucar* permanece a mesma, mas agora é causada por um estímulo externo. Assim, as mudanças podem ocorrer de forma interna ou externa. No exemplo (2), a mudança é externa; no exemplo (3), é interna, pois se refere à própria entidade afetada.

Quando distinguimos claramente entre a fonte e o alvo da energia, os eventos são considerados causativos, com a entidade que gera o evento sendo identificável, como ocorre no exemplo (2). Por outro lado, são classificados como não-causativos quando a entidade responsável não é facilmente discernível, possivelmente devido à falta de distinção entre os participantes envolvidos (Kemmer, 1993). São exemplos desse segundo caso as frases (4) e (5) a seguir, em que há baixa distinção entre os participantes.

⁴<https://pleno.news/entretenimento/tv/ex-paquita-se-machucou-antes-acusar-ex-marido.html>

⁵https://www.espn.com.br/mma/ufc/artigo/_/id/13947432/mike-perry-expressa-preocupacao-mike-tyson-luta-boxe-contrajake-paul

⁶ <https://www.letras.mus.br/erich-bruno/877458/>

4. "Pão **estragou** estando na validade."⁷
5. "Logo uma dobradiça gemeu e a porta **abriu-se** discretamente"⁸

Essa diferença entre estados e eventos é básica, remonta à filosofia aristotélica e tem sido apontada em diversos trabalhos, como nas propostas linguísticas de Vendler (1967), Chafe (1979), Peres (1984) e Dik (1997), a que remetemos os leitores interessados. Neste capítulo, vamos tratar apenas de eventos, separando-os em dois grandes grupos: eventos causativos e eventos não-causativos, com o fim de discutir sua estrutura do ponto de vista da Gramática Cognitiva, de Langacker, ilustrando com exemplos reais do português e do italiano⁹.

1 Eventos causativos

Como adiantamos, eventos causativos são aqueles em que uma entidade responsável pela mudança é identificável. Por identificável, entende-se uma entidade que pode ou não estar presente na frase ou no contexto prévio, mas que é conceptualizada. Isso significa que eventos causativos podem ter uma entidade responsável apenas pressuposta, que não aparece como um *participante* exposto sintaticamente, como no exemplo (6).

6. ...**arrombaram a porta do meu apartamento** e levaram notebook, hd externo, play 4, etc... enquanto eu estava no trabalho hoje (REDDIT)¹⁰.
7. De acordo com ele, foi confirmado que **a porta da frente do imóvel não foi arrombada**, mas sim desbloqueada com senha, o que aponta, novamente, para a participação de alguém conhecido, principalmente por saber toda a dinâmica do casal¹¹.

Na frase (6), o evento "arrombar" é concebido como resultado de uma ação realizada por humano, cuja identidade não se sabe ou não se quer revelar. Na

⁷https://www.reclameaqui.com.br/vital/pao-estragou-estando-na-validade_WhJQSA4RzjDPhOLT/

⁸ PRETA, Stanislaw Ponte. **Dois amigos e um chato**. São Paulo: Moderna, 1986, p.65-66.

⁹ Todos os trechos em italiano com traduções nossas.

¹⁰https://www.reddit.com/r/brasil/comments/1f2x54u/roubaram_minha_casa_devo_fazer_um_bo/

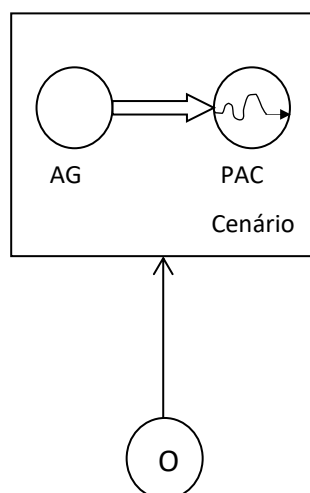
¹¹<https://portalcapanema.net/nao-arrombaram-a-porta-entraram-com-senha-afirma-marido-de-carlinhos-maia-sobre-roubo-milionario/>

frase (7), do mesmo modo, apresenta-se um evento que pressupõe um humano e, nesse caso, a ausência explícita de um agente pode resultar tanto pelas mesmas razões de (6), como por ser altamente conhecido pelo contexto social ou conhecimento de mundo dos falantes.

Na Gramática Cognitiva, eventos causativos são representados pelo conhecido modelo *bola de bilhar* (Langacker, 1991), que parte da ideia de que concebemos o mundo como povoado de objetos discretos que se movem num espaço, entram em contato uns com os outros e participam de interações energéticas. O movimento dos objetos é comandado por *energia* (ou *força*), que alguns retiram de recursos internos e outros recebem do exterior. Assim, além da força ou energia (interação), são elementos desse modelo: o *espaço* (movimento), o *tempo* (mudança) e a *substância material* (objetos).

Na representação esquemática do modelo, apresentada na Figura 1, Langacker conjuga-o com outro, o *modelo do palco*, que inclusive inspirou o nome do grupo de pesquisa. O modelo do palco parte da semelhança entre o papel de alguém que percebe um evento e alguém que assiste a uma peça de teatro: a observação de eventos externos, cada um compreendendo interações de participantes dentro de um cenário.

Figura 1: Representação de um evento canônico



Fonte: Langacker (1991, p.285)

O modelo de evento canônico representa, pois, uma observação normal de uma ação prototípica: o observador (O) assiste ao evento de um ponto de vista

externo. Um objeto discreto, o núcleo da cadeia de ação (Ag), transmite energia a um outro objeto (Pac), a cauda da cadeia de ação, através de contato físico energético (indicado pela seta larga), e este experimenta uma mudança de estado, indicada pela seta rabiscada no seu interior.

Essa conceptualização da experiência se manifesta na linguagem, como na frase (8).

8. Virgílio quebrou o vaso.

A frase (8) é a codificação de um evento canônico causativo, em que há dois participantes, um dos quais um *agente* arquetípico, “pessoa que voluntariamente inicia uma atividade física, resultando, através de contato físico, numa transferência de energia a um objeto externo” (Langacker, 1991, p.285), e o outro, um *paciente* também arquetípico, “objeto inanimado que absorve a energia transmitida via contato físico iniciado fisicamente e, por isso, experimenta uma mudança de estado” (Langacker, 1991, p.285).

A causalidade acha-se intrinsecamente ligada à noção de Força, que, segundo Johnson (1990), desempenha papel central em nossa compreensão do mundo e está de tal modo infiltrada em nossa interação com o meio ambiente que só atentamos para ela quando é extraordinariamente forte ou não equilibrada por outras forças. O vento, por exemplo, só é percebido quando forte o suficiente para contrariar nosso movimento. Até a gravidade, tão constante em nosso meio, só é percebida em situações especiais (Johnson, 1990).

Sendo esta noção central em nosso modo de perceber e conceber o mundo, é mais natural conceitualizar eventos com referência à interação energética. De fato, a concepção de mudanças sem atribuição de uma causa é uma tarefa mental difícil, uma façanha de ginástica mental (Langacker, 1991).

A despeito da generalidade da noção de causalidade como parte da experiência humana e da dificuldade de conceitualizar eventos não-energéticos, deparamo-nos, no dia a dia, com expressões como *o jarro partiu-se*, *o gelo derreteu*, *a grama cresceu* e outras em que há uma mudança perceptível no estado de uma entidade X, e nenhuma entidade Y a que se atribuir

a mudança percebida. Trata-se do que é descrito na gramática cognitiva de Langacker (1991) como *construto absoluto*, representação permitida por meio da assimetria autonomia/dependência conceitual (A/D), discutida a seguir.

2 O construto absoluto

Autonomia conceitual diz respeito à possibilidade de se referir a uma conceptualização sem referência a outros elementos que são facetas salientes de sua estrutura semântica. Eventos, por exemplo, são conceptualmente dependentes dos participantes, que, por sua vez, são conceptualmente autônomos. Assim, a descrição semântica de um predicado exige referência, ainda que esquemática, a seus participantes. Já estes podem ser conceptualizados independentemente, sem alusão a qualquer evento de que participem. Por exemplo, o evento *abrir* exige uma força que abra e algo que possa ser aberto. Todavia, eventuais participantes desse evento, como “Pedro” ou “o vento”, podem ser conceptualizados sem referência à abertura da porta ou a qualquer outro evento.

Embora conceitualmente dependentes dos participantes, eventos podem ser conceitualmente autônomos em relação uns aos outros. Alguns eventos, conceptualmente complexos, podem ser divididos em subeventos, e estes podem, então, ser conceptualizados independentemente, embora, na maioria dos casos, sejam interdependentes. Tomemos, por exemplo, o ato de abrir uma porta. Este pode ser decomposto em vários subeventos, como ilustra a figura 2.

Figura 2: Subeventos da abertura de uma porta



Fonte: elaborada pelas autoras

- I. a força exercida sobre a porta: a pessoa empurra a porta;

- II. a mudança de estado da porta: a porta se move;
- III. o controle voluntário do agente: a pessoa decide abrir a porta.

O controle voluntário do agente é conceitualmente dependente em relação à mudança de estado da porta e à força, pois não se concebe um controle voluntário sem alguma atividade (a força). Já a mudança de estado pode ser concebida autonomamente em relação ao controle voluntário, pois pode ocorrer na ausência de volição. A frase *o vento abriu a porta*, por exemplo, codifica uma concepção de abertura de porta sem a concepção do controle voluntário.

A descrição de uma concepção de eventos pela assimetria A/D permite que uma relação temática conceitualmente autônoma, como vimos a respeito da abertura da porta, possa tanto aparecer sozinha como servir de núcleo de uma concepção mais complexa, tipicamente uma que a retrata como resultante de certas forças. Por exemplo, *o vento abriu a porta* representa uma conceptualização complexa da relação temática: *a porta abriu*.

Há uma tendência para o componente A ser mais forte que o componente D, em termos de seu conteúdo semântico e/ou fonológico ser mais específico e concreto. Numa construção esquemática como *X quebrou Y*, por exemplo, o componente Y tem mais informação substancial, menos extensão, que o componente X, uma vez que é parcialmente delimitado pelo verbo a “entidades capazes de serem quebradas”, mas X é aberto, possuindo apenas a noção de “fonte de energia”.

Essa carga semântica e a autonomia conceitual permitem o *construto absoluto*, que consiste em perfilar o componente A independentemente de D, como ocorre nos exemplos a seguir.

- 9. Desde que minha mãe iniciou o tratamento, houve melhoras: **a ferida fechou**, o inchaço e as dores diminuíram e hoje ela consegue dormir¹²
- 10. “**Il bambino crebbe e fu svezzato [...]** / O **menino cresceu** e foi desmamado [...]. (Gn 21, 8)¹³

¹²<https://mcocittaconsultorios.com.br/2021/08/27/desde-que-minha-mae-iniciou-o-tratamento-houve-melhoras-a-ferida-fechou-o-inchaco-e-as-dores-diminuiram-e-hoje-ela-consegue-dormir/>

¹³ <https://www.bibliaonline.com.br/italian1/gn/21>

11. Em Guarulhos, o vidro de uma academia estilhaçou. Clientes malhavam no estabelecimento no momento que **o vidro quebrou**, mas ninguém ficou ferido.¹⁴
12. [...] **uno dei vetri dei finestrini si è frantumato**, finendo addosso ai ragazzi che erano seduti sui sedili in corrispondenza della finestra."/ **um dos vidros** das janelas **(se) quebrou**, atingindo os meninos que estavam sentados nos bancos próximos à janela.
13. Brasileiros analisam caixas-pretas de **avião que caiu** no Cazaquistão.¹⁵
14. *I jet passeggeri Embraer 190 si è schiantato si è schiantato mercoledì vicino alla città di Aktau in Kazakistan, uccidendo 38 persone.*/ O **jato** de passageiros Embraer 190 **caiu** na quarta-feira perto da cidade de Aktau, no Cazaquistão, matando 38 pessoas.

Nesses dados, os processos são dados como espontâneos, caso dos exemplos (9), (10) e (11), em que não há pressuposição de uma causa externa para a ferida fechar, o menino crescer e o vidro quebrar. Naturalmente, no mundo físico, poderá haver uma causa natural para esses fenômenos, mas na codificação linguística são dados como ocorrendo espontaneamente. Podemos pensar em causas internas para a ferida fechar: o processo natural de cicatrização da pele, ou mesmo causas externas, como uma pomada ou remédio. O mesmo pode ser dito em relação ao vidro quebrar. Pode ter ocorrido por causas naturais: mudança de temperatura, por exemplo, ou externas: alguma coisa provocou uma fragilidade no vidro que o fez quebrar. No caso do crescimento do menino em (10), é mais difícil supor uma causa externa, e o crescimento é dado como espontâneo, provocado por causas naturais, o processo de desenvolvimento natural do ser humano. Nos exemplos (12) e (13), a queda do avião é apresentada como um construto absoluto, mas aqui uma causa é pressuposta enciclopedicamente, tanto que há sempre uma busca de causas na caixa preta das aeronaves. Se nos demais casos, a expectativa é que feridas fechem, crianças cresçam e, no caso de vidros, que possam se quebrar pela fragilidade do material, nesse a expectativa é que aviões não caiam. Estando

¹⁴<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/02/26/chuva-volta-a-deixar-toda-a-cidade-de-sp-em-estado-de-atencao-apos-noite-chuvosa.ghtml>

¹⁵<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-01/brasileiros-analisam-caixas-pretas-de-aviao-que-caiu-no-cazaquistao>

tudo funcionando bem, aviões voam, não caem. A queda contraria o esperado e, portanto, atribui-se a uma causa.

3 Conclusão

Podemos então considerar duas maneiras de conceber uma mudança de estado: como resultado de uma interação energética ou como um construto absoluto. A conceptualização da mudança resultado de interação energética, como já dissemos, encontra no *modelo da bola de bilhar* sua representação canônica e na oração transitiva prototípica sua manifestação linguística correlata. A conceptualização de eventos dados como espontâneos é descrita pela assimetria A/D, já aludida, como uma questão de carga semântica e conceitual do tema.

Para uma melhor compreensão dessas possibilidades, é preciso atentar para três questões. A primeira é que, na codificação linguística, como alerta Langacker (1991), não há necessidade de indicação explícita se o construto de um verbo é absoluto ou energético. Numa frase como: *ele caiu*, o construto tanto pode ser absoluto, ou seja, sem pressuposição de alguma força, como energético, ou seja, ser resultado da ação de alguma força.

Outra questão a ser considerada é que a noção de causalidade não é simplesmente uma questão de haver ou não uma causa. Na verdade, a causalidade é uma questão de graus de saliência, como demonstram as frases a seguir, em que a ideia de causação varia em graus, conforme a fonte seja interna ou externa; expressa ou pressuposta; concreta ou abstrata. (16), por exemplo, apresenta grau maior de causação que (17), porque em (16) temos um agente humano, claramente expresso, e em (17) a quebra do vidro está sendo apresentada como resultante de um evento, ou seja, uma entidade abstrata: a cafeteira virou na mesa.

15. Em 1941, Inteligência britânica **quebrou** o código da máquina alemã Enigma.¹⁶

¹⁶<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-1941-inteligencia-britanica-quebrou-codigo-da-maquina-alema-enigma-10384590#ixzz8wDoSuBKQ>

16. [...] **i pompieri** sono arrivati immediatamente, **hanno** spento il fuoco, **rotto un vetro** della parte del coro per far uscire il fumo nero.¹⁷ / **os bombeiros** chegaram imediatamente, apagaram o incêndio e **quebraram um vidro** da parte do coro para liberar a fumaça.
17. [...] a cafeteira vazia, virou em cima da mesa e **o vidro quebrou facilmente**.¹⁸
18. **I vetro della finestra si è rotto spontaneamente**, senza segni evidenti di punti deboli o di impatto.¹⁹ / **O vidro da janela quebrou-se** espontaneamente, sem sinais evidentes de pontos fracos ou de impacto.
19. **"Tela do celular quebrou?** Veja o que fazer.²⁰
20. *Brasile: crollato un ponte nel nord del Paese, almeno due morti e dodici dispersi.* / *Brasil: Ponte quebra no Norte do país*, pelo menos dois mortos e doze desaparecidos.

Uma terceira questão diz respeito à necessidade de reconhecer que o contraste absoluto/energético é matéria de construto e assim independe da realidade objetiva (Langacker, 1991). As necessidades comunicativas podem levar um falante a focalizar no segmento final de uma cadeia de ação, retratando-a como uma ocorrência autônoma, o que na realidade objetiva é uma ocorrência energética.

Assim, uma frase possível em português, como *a porta abriu*, pode codificar uma conceptualização energética, cuja fonte de energia foi desfocalizada por razões pragmáticas. Mas pode codificar uma conceptualização do evento de abertura de uma porta como se dando espontaneamente, ou seja, como um construto absoluto. Nesse caso, dos subeventos de que é composto o evento *abrir*, selecionou-se apenas a mudança de estado. Tal possibilidade contraria a tendência a conceptualizar os eventos como energéticos. Na verdade, embora nosso conhecimento das coisas nos leve a atribuir uma causa para a abertura da porta (a fechadura estava com defeito, a

¹⁷<https://www.romatoday.it/cronaca/incendio-chiesa-san-sebastiano-a-cesano.html#:~:text=Alcune%20volontarie%20se%20ne%20sono,anche%20sul%20tetto%20della%20chiesa.>

¹⁸ <https://www.amazon.com.br/gp/customer-reviews/R1HD41SARQ97C2?ASIN=B008ESHNMI>

¹⁹https://www.reddit.com/r/Homebuilding/comments/1aupue/window_pane_just_spontaneously_smashed_no_obvious/?t=it&rdt=55607

²⁰<https://rmtelefonia.com.br/tela-do-celular-quebrou-algumas-dicas-do-que-fazer/#:~:text=Voc%C3%AA%20pode%20procurar%20a%20assist%C3%AAncia,como%20um%20iPhone%2C%20por%20exemplo.>

porta não estava bem fechada etc), fazemos *tabula rasa* dessas causalidades. Talvez isso se dê precisamente porque as causas possíveis da abertura nessa conceptualização dada como espontânea não envolvam interação energética, mas sobreposição energética entre fonte e meta, ou seja, novamente a ideia da baixa distinção entre os participantes.

Estruturas de eventos como abordadas neste capítulo podem interessar a estudos que envolvem construções de voz, em especial, as chamadas vozes de-transitivas por Givón (1993) por envolver decréscimo nas propriedades de transitividade. Para saber mais sobre esse tema, remetemos o leitor às obras citadas ao longo do capítulo e a outras indicadas ao final das referências.

REFERÊNCIAS

CHAFE, Wallace. **Significado e estrutura linguística**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

DIK, Simon Cornelis. **The theory of functional grammar**. 2 ed. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997. 2v.

GIVON, Talmy. **English grammar**: a function-based introduction. Amsterdam: John Benjamins. v.1, 1993.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. London: Hodder Arnold., 2004

KEMMER, Suzanne. **The middle voice**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar**. Descriptive application. Stanford/California: Stanford University Press (1991)

JOHNSON, Mark. **The body in the mind**: the bodily basis of meaning, imagination and reason. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
PERES, João Andrade. Elementos para uma gramática nova. Coimbra: Almedina, 1984.

VENDLER, Zeno. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca/London: Cornell University Press, 1967

CAPÍTULO 3

FICTIVIDADE: *a imaginação na linguagem*

Camila Neiva Leite de OLIVEIRA

Na visão integrada da abordagem cognitiva, a linguagem é um sistema integrado dependente de processos cognitivos que funcionam em outros domínios da cognição como memória, imaginação, atenção e percepção. No capítulo “Perspectivação e ponto de vista”²¹ explora-se a relação entre linguagem e percepção. Neste, falaremos sobre uma capacidade cognitiva humana nem sempre valorizada academicamente: a imaginação e como ela se manifesta na linguagem.

Os processos cognitivos emergem de interações sensório-motoras entre cérebro²¹, corpo e ambiente. Nossa apreensão do mundo depende de nosso aparato biológico, psicológico e cultural, como propõe a tese da *mente corporificada*. Todavia, a realidade não nos chega à consciência de modo absoluto, mas filtrada por nossa constituição biológica, nossas crenças, nossas experiências anteriores. Ou seja, como diz Lima (2009), o mundo referencial, vem de algum modo “interpretado” pelos órgãos dos sentidos e pelas atividades da memória e/ou da imaginação. A autora cita Chafe (1977, p. 217) segundo o qual a *percepção é interpretativa*, sendo assim, não há, segundo o autor, uma separação rígida entre *imaginar* e *lembrar*: a lembrança de algo envolve alguma invenção, pelos próprios limites da memória, e a imaginação de alguma coisa se ancora na realidade.

Além dessa propriedade interpretativa da percepção, há o fato de que, como diz Langacker (2008, p.525), “o mundo com o qual nos envolvemos não tem apenas dimensões físicas, mas também sociais, culturais e intelectuais”. Ao lidar com esses domínios cognitivamente estabelecidos, transcendemos a

²¹ Ver o capítulo “O PROCESSAMENTO CEREBRAL NA REALIZAÇÃO DA CATEGORIZAÇÃO: intersecções dos estudos da Linguística Cognitivo-Funcional e da Neurociência, que explora essa relação de forma mais detalhada.

realidade física imediata, por meio da memória, da imaginação e da abstração, por meio da qual apreendemos padrões captados do reforço de múltiplas experiências anteriores, amparados na experiência corporal.

No exemplo (1), a memória do acidente que provocou a morte do ator Domingos Montagner, durante gravações de uma novela, pela atriz Camila Pitanga, ilustra como esse processo cognitivo nos permite ultrapassar a realidade imediata, no caso, uma entrevista, para reviver uma experiência prévia. Já o exemplo (2) ilustra como a imaginação permite ir além da realidade ao fazer uma projeção futura.

1. A artista lembrou da dificuldade que teve em ajudar Domingos. **"Ele submergiu uma vez. Voltou.** Não foi uma coisa desesperada. Ele fez um gesto assim de como quem diz: 'não vai dar', e não falou mais. Submergiu... E eu não o vi mais" (Corpus do Português).²²
2. Daqui a 10 anos, **me vejo fazendo coisas incríveis, abrindo portas para essa mulher além dos 50.** Ela é empreendedora, criativa, pode sair de um casamento e ir para o outro, pode engravidar se isso for o seu desejo. (Corpus do Português).²³

A abstração como meio de transcender a realidade é exemplificada por Langacker (2008) pelo uso de unidades convencionais fora de um evento de uso. Por exemplo, os pronomes *eu* e *tu*, como ilustra o autor, referem-se a falante e ouvinte de forma abstrata. Apenas em um dado evento de uso, essas unidades vão se referir a indivíduos reais²⁴.

1. A noção de fictividade

A capacidade de usar a linguagem para se referir a entidades e eventos que não existem no mundo real, como ilustramos há pouco, é chamada de *fictividade*. Trata-se de uma noção fundamental para compreender como a

²² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/06/29/interna_diversao_arte,766757/camila-pitanga-sobre-morte-de-domingos-lido-com-essa-dor-ate-hoje.shtml

²³ <https://www.noticiasaoiminuto.com.br/fama/755058/aos-52-claudia-raia-fala-na-possibilidade-de-ter-mais-filhos>

²⁴ Para saber mais, remetemos o leitor à discussão sobre *tipo* e *instância* na obra de Langacker, cujas referências estão no final deste e de outros capítulos.

linguagem opera em diferentes contextos de modo a permitir que os falantes manipulem significados e transcendam a realidade imediata.

A fictividade pode ocorrer em diversas dimensões. Uma das mais estudadas é o chamado *movimento fictivo*, como no exemplo (3), em que nossa crença é que a estrada BR é estática, mas o significado literal da frase apresenta a estrada como se estivesse movendo. O uso dos verbos *ir* e *passar* e as preposições *até* e *por* são responsáveis por essa impressão. Em (4), o corte também está estático, mas, ao se usar o verbo *ir* com preposições de origem e destino, atribui-se a ele movimento fictivo.

3. **a BR 040 parte de Brasília e vai até o Rio de Janeiro, passando por Belo Horizonte. Já a BR 070 parte de Brasília e vai até a fronteira do Brasil com a Bolívia, passando por Cuiabá, no Mato Grosso**²⁵.
4. O senador Magno Malta (PR-ES), candidato à reeleição, postou uma foto que mostra o abdômen do candidato costurado após a cirurgia - **o corte vai da altura da boca do estômago até abaixo do umbigo**²⁶

Outra dimensão em que a fictividade pode atuar é no discurso, como no caso de ironias, cuja afirmação não corresponde ao estado de coisas no mundo, conforme o falante quer apresentar, como na figura 1.

Figura 1: Exemplo de fictividade discursiva



Fonte: <http://refugiodosnerds.blogspot.com/2009/10/post-tematico-sarcasmo.html>

²⁵ <https://www.lenzbrasil.com/2022/06/09/como-identificar-os-tipos-de-vias-e-a-legislacao-de-cada-uma/>

²⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45475926>

Outra manifestação da fictividade no discurso é na chamada *interação fictiva*, termo cunhado por Pascual (2002, 2016), que discutiremos na próxima seção. Antes de entrar nesse tipo especial de manifestação da fictividade, vejamos a classificação dos fenômenos fictivos na linguagem.

2 Manifestações da fictividade na linguagem

Como vimos, a fictividade pode se manifestar em vários usos da linguagem cotidiana. Tavares (2021) sistematiza cinco tipos de fictividade abordados por variados autores, os quais resumimos a seguir.

2.1 Entidade fictiva

São entidades que não se referem a entidades específicas em uma dada situação factual, como no exemplo do *eu* e *tu* mencionados anteriormente que não se refere a um falante e ouvinte determinados em uma situação de fala. Incluem-se também neste tipo uso de nomes genéricos para se referir a tipos (e não instâncias), como no ditado popular “De grão em grão, a galinha enche o papo”, em que *galinha* não se refere a uma galinha em específico. Ou “Os gatos são os animais de estimação mais populares de todo o mundo” em que a unidade *gatos* não faz referência a animais determinados, mas ao tipo de animal gato.

2.2 Movimento fictivo

Consiste na aparente atribuição de movimento a entidades estáticas, como nos exemplos (3) e (4). Trata-se de um movimento subjetivo ou mental, que auxilia na construção de nossa concepção da cena (Langacker, 2017). No caso da estrada, quem se move mentalmente é o conceptualizador e não o caminho. O movimento então é imaginado, virtual. No segundo caso, a ideia de um corte que vai de um lugar a outro é novamente a noção de movimento, mas para expressar não um movimento mental de um observador, mas uma varredura mental, em que se constrói uma concepção da extensão do corte.

2.3 Mudança fictiva

Trata-se da expressão de uma mudança virtual em um lugar, objeto ou pessoa, percebida apenas visualmente. Segundo Tavares (2021), a mudança

fictiva é expressa em português por verbos como “virar”, “ficar”, “transformar”, como nos exemplos (5), (6) e 7):

5. Minha mãe: teu cabelo ficou lindo, mas dá pra ver mais que **tu tá mais gorda com esse corte**. (Twitter).
6. hoje acordei, vi minha mãe e falei "**nossa parece q vc ficou mais magra com essa roupa**, roupa tá bonita" ela deu um sorriso e falou "obgd filha, ainda bem q VC percebeu", pequenos detalhes FAZEM bem sim (Twitter).
7. VERDDONI,Romero para ele é tipo **um fusca que saiu para dar uma volta e qdo volta virou uma Ferrari** (Twitter).

Observa-se que não houve mudança factual, apenas fictiva, no nível da impressão, do parecer.

2.4 Eventos fictivos

São os casos de projeção futura, quando transcendemos o aqui e o agora da situação presente imediata para prever eventos futuros que são não factuais, fictivos, virtuais, uma vez que não aconteceram e não se tem nenhuma garantia de que vão acontecer.

2.5 Ato de fala fictivo

Neste tipo enquadram-se os casos de ironias, metáforas e a interação fictiva sobre que trataremos com mais vagar na próxima seção.

3 Interação fictiva

Com base no conceito de fictividade, Pascual (2002, 2006, 2016) propõe a *interação fictiva*. Segundo a autora, constitui uma unidade discursiva conceitualizada no âmbito de uma ocorrência comunicativa não factual e que funciona sintática e semanticamente como um constituinte gramatical. Trata-se do uso da conversação como um *frame* para estruturar processos mentais, discursivos e linguísticos, ou seja, significa apresentar algo que se assemelha a uma conversação a fim de introduzir, definir ou referir-se ao que não é na verdade conversação (Pascual, 2016).

A interação fictiva pode servir de modelo para o pensamento; para a conceptualização da experiência; para a organização do discurso e do sistema linguístico e seu uso. Os excertos a seguir ilustram ocorrências de interação

fictiva. Em (8), o falante enuncia o trecho que está entre aspas no frame da conversação, como discurso direto, mas se trata de um monólogo interno. Em (9), na letra da música *Paciência*, usa-se o frame de conversação para conceptualizar a experiência de um ser inanimado expressando um pedido: *tudo pede um pouco mais de calma, o corpo pede um pouco mais de alma*. Em (10), tem-se o tipo de interação que Pascual (2016) chama de pergunta-resposta fictiva. Constitui um recurso poderoso de organização do discurso. No caso desse exemplo, o falante faz uma pergunta, simulando eventual pergunta possível do leitor, e responde em seguida, como se fosse uma conversa entre autor e leitor. O exemplo (11) ilustra a pergunta fictiva, uma pergunta retórica usada não para ser respondida, mas para provocar reflexão. A diferença desse uso em relação à pergunta-resposta é que não há resposta explícita, está implícita na própria pergunta. Ao perguntar: *será que tem algum aspecto que envolve essa primeira entrevista? será que tem algumas coisas que eu devo levar em consideração enquanto entrevistador enquanto médico?* A professora afirma que há aspectos que envolvem a primeira entrevista e que devem ser levadas em consideração pelo médico.

8. ao bater a porta, pensou consigo mesma: **"Por que diabos foram perceber logo agora que não tinha berço esplêndido coisa nenhuma?"** (Corpus do Português)²⁷

9. Mesmo quando **tudo pede**
Um pouco mais de calma
Até quando **o corpo pede**
Um pouco mais de alma
A vida não para (Lenine)²⁸

10. Se você sofre de refluxo gastroesofágico, pode estar familiarizado com o omeprazol, um medicamento que alivia os sintomas.

Porém, é importante saber que ele não é a solução definitiva para todos os casos. O uso prolongado pode não resolver o problema subjacente e, em algumas situações, até atrapalhar o diagnóstico correto.

Então, o que fazer? A primeira etapa é consultar um especialista, que irá avaliar seu caso e sugerir mudanças na dieta e no estilo de vida²⁹.

²⁷ <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1558637-alunos-de-colegios-publicos-e-privados-escrevem-sobre-2014>

²⁸ <https://www.letras.mus.br/lenine/47001/>

²⁹ <http://reducentro.com.br/nem-sempre-o-omeprazol-vai-solucionar-o-refluxo-o-que-fazer-entao/>

11. sobre isso os nossos objetivos são é primeiro a gente discutir **será que tem algum aspecto que envolve essa primeira entrevista? será que tem algumas coisas que eu devo levar em consideração enquanto entrevistador enquanto médico?**³⁰

A interação fictiva assemelha-se assim ao uso de discurso direto ou indireto livre, quando é usada sem um introdutor de discurso. Quando introduzida por um marcador de discurso direto, pode aparecer com verbos *dicendi* como *dizer*, *falar*, *pensar*, como no exemplo (12), e ainda com formas inovadoras como *ficar* e *tipo* em português, como nos exemplos (13) e (14).

12. Não quis me transmitir, **fala' não quisemos transmitir'**. Não muda nada na vida de vocês, não muda nada na minha' ", continuou Anitta e finalizou...³¹
13. Cristiano Ronaldo foi abordado por um fã e **no final ficou tipo "meu amigo que porra é essa"** (Twitter).
14. você já sentiu falta da sua própria energia, **tipo o que aconteceu comigo????????** (Twitter).

O exemplo (12) contém um discurso direto fictivo, uma vez que a pessoa a que Anitta se refere não falou realmente o que está entre aspas simples. No exemplo (13), tem-se a expressão do que o falante imagina ter sido a reação de espanto de Cristiano Ronaldo, na forma de discurso direto fictivo. Para isso, usou-se o verbo *ficar* acompanhado de *tipo*. Algumas vezes, aparece apenas o verbo *ficar* introduzindo esse tipo de discurso fictivo. O mesmo acontece em (14), em que o falante expressa o que seria um pensamento que alguém que sente falta de sua energia teria. Nesse caso, usa-se a unidade *tipo* que serve de introdutor de uma interação fictiva.

4 Conclusão

A capacidade de representar fenômenos não verídicos faz parte da nossa organização cognitiva (Talmy, 2000). Por meio da fictividade, somos capazes de criar significados complexos, explorar possibilidades e conectar experiências de maneira rica e envolvente. A fictividade não é uma negação da realidade, mas

³⁰ Dados da pesquisa de Magalhães e Rocha (2022, p.510).

³¹ <http://poltronavip.com/acusada-de-estrelismo-anitta-bate-de-frente-com-a-producao-do-villa-mix-e-realiza-esclarecimentos/>

uma extensão dela, permitindo que os falantes expressem ideias e emoções que vão além do imediatamente visível. Através de metáforas, cenários hipotéticos e construções genéricas, a linguagem nos convida a explorar o mundo de maneiras novas e significativas. Assim, a fictividade não apenas enriquece a comunicação, mas também reflete a complexidade da cognição humana, revelando como a mente opera na construção de significados que moldam nossas experiências e interações.

Em suma, a fictividade é uma das chaves para entender a profundidade e a riqueza da linguagem, oferecendo uma janela para a complexidade da mente humana e suas interações com o mundo ao nosso redor. Para saber mais sobre o tema da fictividade, recomendamos as obras de Langacker, Talmy e Pascual, referenciados a seguir. Os interessados encontrarão ainda muitos trabalhos sobre interação fictiva em português tanto artigos como dissertações e teses, entre os quais citam-se Kleppa (2016), Magalhães (2018), Dornelas (2018), Tavares (2021), Rocha e Silva (2023), Silva e Rocha (2023).

REFERÊNCIAS

CHAFE, W. The recall and verbalization of experience. In: R. COLE (ed.) **Current issues in linguistic theory**. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

DORNELAS, A. B. **Interação fictiva como estratégia comunicativa de crianças ecológicas com transtorno do espectro autista**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2021.

KLEPPA, Lou-Ann. Interações fictivas enquanto estratégia comunicativa em sujeitos com agramatismo: um estudo de caso. **Estudos Linguísticos** São Paulo. , [S. l.], v. 45, n. 2, p. 555–565, 2016. DOI: 10.21165/el.v45i2.674. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/674>. Acesso em: 6 jan. 2025.

LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar**: a basic introduction. Oxford university press, 2008.

LANGACKER, R.W. **Ten lectures on the elaboration of cognitive grammar**. Leiden/Boston: Brill, 2017.

LIMA, M. C. **A não-atribuição de causalidade na Crônica Geral de Espanha de 1344**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2009.

MAGALHÃES, L. C. **A interação fictiva e a dêixis: a emergência da fictividade em sala de aula**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

MAGALHÃES, L. C.; ROCHA, L. F. M. The emergence of Fictive Interaction in the classroom as a teaching and learning strategy. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 496–518, 2024.

MATOS ROCHA, L. F.; DA COSTA SILVA, J. Interação Fictiva como exemplificação em discurso direto: ensino-aprendizagem de português como língua estrangeira. **Gragoatá**, v. 28, n. 62, p. e57476, 14 nov. 2023.

PASCUAL, E. Imaginary trialogues: conceptual blending and fictive interaction in Criminal Courts, **Utrecht**, LOT, 2002.

PASCUAL, E. Fictive interaction within the sentence: a communicative type of fictivity in grammar. **Cognitive Linguistics**. Birmingham, v. 17, n. 2, p. 245-267, 2006.

PASCUAL, E. SANDLER, S. Fictive interaction and the conversation frame: An overview. In: PASCUAL, E. SANDLER, S. (Org.) **The Conversation Frame: Forms and Functions of Fictive Interaction**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, p.3-22, 2016.

SILVA, Jaime Ulisses da; ROCHA, Luiz Fernando Matos. Interação fictiva em discurso direto: como e por que líderes religiosos convencem multidões. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 23, p. 1-17, 2023. e-1982- 4017-23-31.

TALMY, L. **Toward a cognitive semantics**. v. 1. London: MIT, 2000.

TAVARES, L. G. de O. **A interação fictiva e a dêixis: a emergência da fictividade em sala de aula**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2021.

CAPÍTULO 4

MODELOS EPISTÊMICOS E A MODALIDADE

Clara SOUSA
Diogo PINHEIRO

A Gramática Cognitiva (Langacker, 1987; 1991) oferece uma perspectiva de análise do conhecimento linguístico em que se assume que a gramática não pode ser estudada “independentemente do significado e das capacidades cognitivas gerais” (Silva, Batoréo, 2010, p. 230). O modo como os indivíduos experienciam o mundo e organizam seus conhecimentos relativos a ele é, portanto, crucial para o entendimento da linguagem. Para capturar a maneira como sujeitos cognitivos conceptualizam a realidade, Langacker (1991) desenvolveu o construto teórico que tem sido referido como *modelos epistêmicos*: trata-se de modelos cognitivos idealizados, alegadamente pertencentes ao conhecimento de mundo do falante, que buscam representar o modo como ele organiza os diferentes tipos de informações às quais tem acesso. Neste capítulo, exploraremos a lógica e as características desses modelos, apontando as noções fundamentais que cada um deles salienta acerca da nossa percepção da realidade. Em seguida, apresentaremos exemplos de aplicação prática desses modelos, ilustrando o seu emprego para a análise de elementos modais do português.

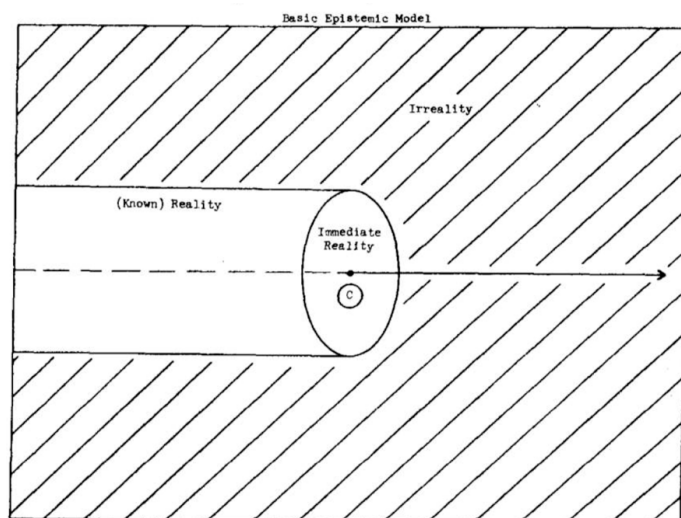
1 Conceituação

Os modelos epistêmicos são uma sequência de modelos cognitivos idealizados que visam esquematizar como os seres humanos organizam o seu conhecimento acerca do mundo, bem como do seu lugar nele. Trata-se de três modelos (Básico, Elaborado e Dinâmico), em que cada um salienta aspectos distintos da conceptualização da realidade por indivíduos. Em conjunto, eles se sobrepõem, de modo que representam de maneira geral a estrutura cognitiva do nosso conhecimento de mundo.

Observe-se que a estrutura epistêmica, nessa visão, é fundamentalmente cognitiva. O conhecimento não diz respeito ao que é verdadeiro ou falso na realidade objetiva dos fatos. Adota-se, aqui, uma perspectiva subjetiva, em que o conhecimento é compreendido como uma visão de mundo individual (porque particular para cada sujeito) e perceptual (porque projetado a partir do ponto de vista que o conceptualizador adota).

O modelo mais elementar é o Modelo Epistêmico Básico, ilustrado abaixo na Figura 1. Ele captura a distinção primordial que os sujeitos fazem entre a *realidade* ("reality"), a porção do conhecimento que compreende as situações que são reais, e a *irrealidade* ("irreality"), que compreende aquelas que não o são.

Figura 1: Modelo Epistêmico Básico



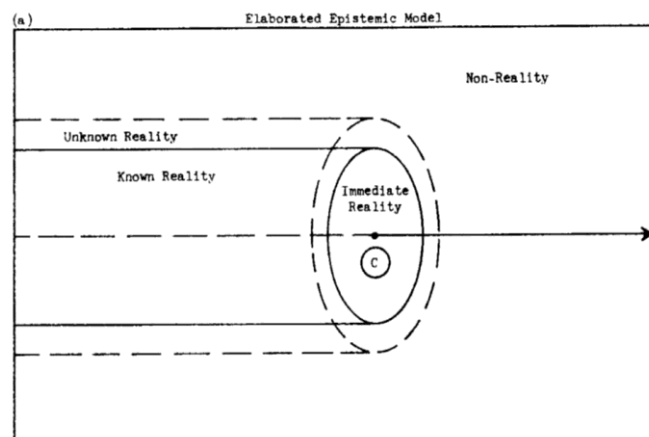
Fonte: Langacker, 1991, p. 242

Esse modelo constrói a realidade especificamente como entidade dinâmica, que evolui ao longo do tempo de maneira natural e segundo uma lógica própria. Isso é representado pela estrutura cilíndrica, uma forma geométrica que acompanha o eixo temporal simbolizado pela seta central. A realidade, assim, pode ser compreendida como a história dos acontecimentos do mundo sob a perspectiva do conceptualizador – história que culmina na *realidade imediata* ("immediate reality"), correspondente ao ponto presente em que o sujeito se encontra. A irrealidade é representada por todo o espaço externo a esse cilindro, marcado por linhas diagonais.

A distinção entre realidade e irreabilidade, observe-se, não é exatamente a mesma que o significado coloquial desses termos expressam. O irreal não é algo que não ocorreu, mas simplesmente aquilo que o sujeito julga externo à tendência evolutiva das situações da realidade. O conhecimento não é então um acúmulo de informações sobre o mundo; ele funciona como uma moldura para interpretá-lo, em que se compreende que certas situações podem se desdobrar a partir de eventos prévios; e outras, não. Essa noção elementar é o que fundamenta o Modelo Epistêmico Básico.

A partir dele, é possível desenhar a estrutura do modelo imediatamente mais complexo: o Modelo Epistêmico Elaborado, ilustrado na Figura 2 abaixo. O aspecto do conhecimento de mundo que ele visa salientar é o de que os sujeitos reconhecem que o *conhecimento* vai além do *saber*. Isto é, o modelo ressalta a compreensão de que o desdobramento natural e lógico dos eventos do mundo abrange as situações de que o conceptualizador sabe, mas também as situações que ele reconhece que não sabe.

Figura 2: Modelo Epistêmico Elaborado



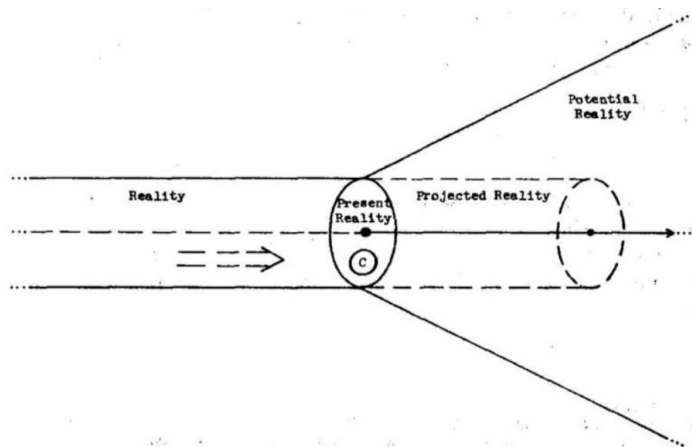
Fonte: Langacker, 1991, p. 244

A realidade, portanto, se divide em duas: realidade sabida ("known reality", representada pelo tubo interno) e realidade não sabida ("unknown reality", representada pelo tubo externo, delimitado por linhas pontilhadas). A realidade não sabida abrange tanto as situações das quais C desconfia, mas não considera como certas, quanto aquelas que ele reconhece que não possui qualquer conhecimento. Ele se diferencia da chamada não-realidade ("non-reality",

representada pelo espaço externo aos tubos) — que consiste nas situações que o falante não percebe como decorrentes de outras situações prévias —, mas, junto a ela, forma o que foi anteriormente designado como irrealidade.

O último modelo, denominado Modelo Epistêmico Dinâmico, é representado pela Figura 3 abaixo, capta outro aspecto fundamental sobre como enxergamos o mundo. Todos os esquemas explorados até agora pressupõem que concebemos a realidade como uma estrutura moldada por uma força coercitiva que interfere no desdobramento dos eventos de forma tendenciosa, privilegiando a ocorrência de determinadas situações em detrimento de outras. Nessa perspectivização, enxerga-se que alguns eventos têm maior probabilidade de acontecer do que outros, que só poderão ocorrer caso alguma força externa altere essa tendência. Há, ainda, situações que são concebidas como impossíveis, devido à sua incompatibilidade com a estrutura atual do mundo e com o modo como as situações se desenvolveram. Esse viés no desdobramento dos eventos é colocado em evidência pelo Modelo Epistêmico Dinâmico. Aqui, ele é representado pela seta pontilhada e é denominado *momentum evolucionário* ("evolutionary momentum"). Trata-se de um conceito que captura o grau de probabilidade de certos eventos ocorrerem, considerando o conhecimento que já se tem sobre a tendência que guia a evolução de acontecimentos passados.

Figura 3: Modelo Epistêmico Dinâmico



Fonte: Langacker, 1991, p. 277

Partindo dessa ideia, esse modelo assume que um conceptualizador C, posicionado no presente, conforme ilustra a figura, tendo ciência do momentum evolucionário, é capaz de inferir situações futuras, classificando-as como impossíveis, possíveis e, dentro do conjunto das possíveis, prováveis e improváveis. Dentro da chamada realidade potencial (“potential reality”) — representada graficamente pelo espaço delimitado pelas linhas diagonais — estão as situações consideradas possíveis, enquanto aquelas entendidas como impossíveis permanecem fora desse escopo. No interior dessa realidade potencial, o momentum evolucionário permite calcular, com certo grau de confiança, quais situações *tendem* a se concretizar. Essas situações prováveis formam o que é referido por realidade projetada (“projected reality”), simbolizada pelo tubo pontilhado.

A elaboração dos três modelos é na verdade uma maneira de elaborar, progressivamente, os aspectos gerais que compõem simultaneamente o nosso conhecimento de mundo. Especificamente, eles dizem respeito a três noções fundamentais: a distinção que fazemos entre realidade e irrealidade, a separação entre conhecimento e saber, e a percepção de que os eventos seguem uma certa tendência, o que nos permite projetar e inferir situações futuras. Todas elas se sobrepõem para constituir uma visão do conhecimento como uma estrutura cognitiva, subjetiva e individual, construída a partir da nossa interação com os eventos do mundo.

2 Aplicação dos modelos

Os modelos epistêmicos podem ser utilizados como uma ferramenta de análise linguística para qualquer fenômeno que envolva a nossa conceptualização da realidade. De maneira mais imediata, eles se relacionam, por exemplo, com os auxiliares modais *dever* e *poder*. Observe os exemplos abaixo:

1. Ele deve chegar logo.
2. Ele pode chegar tarde.

Com a leitura epistêmica de *dever* em (1), referimo-nos à utilização do auxiliar para designar probabilidade. Nesse caso, ele posiciona o evento de “chegar logo” na realidade projetada: o falante considera que, considerando o *momentum* evolucionário, há uma tendência natural de que o sujeito chegue brevemente em oposição a chegar tarde. Ou seja, o *dever* epistêmico especificamente assume que a realidade é impulsionada por seu *momentum* evolucionário a seguir um caminho em que o processo designado no verbo principal inevitavelmente ocorre.

Por outro lado, o auxiliar *poder*, em (2), posiciona o evento de “chegar tarde” no campo da realidade potencial, já que aponta para a possibilidade, e não a probabilidade, de a situação ocorrer. Isso significa que esse auxiliar denota que o sujeito não considera que o evento seja uma impossibilidade diante do desenvolvimento natural dos fatos, mas também não considera que haja a tendência de ele ser efetivamente o desdobramento da realidade atual.

O mesmo ocorre com outros elementos modalizadores como os apresentados abaixo:

3. Talvez ele chegue logo.
4. Quem sabe ele chega logo.
5. Certamente ele vai chegar logo.

Enquanto em (3) e (4) “talvez” e “quem sabe” designam possibilidade, o advérbio “certamente” aponta para uma maior probabilidade de o evento acontecer. Nesses casos, o que o falante faz é explicitar que, considerando o seu conhecimento de mundo e como a realidade é concebida por ele, ele é capaz de traçar uma tendência dos eventos a partir da qual pode fazer uma projeção. No caso de (3) e (4), ele comunica que os eventos estão fora da projeção que ele faz para prováveis eventos futuros, enquanto, em (5), explicita que considera, sim, que há grandes chances de o fato ocorrer.

Em suma, a distinção entre esses elementos reside na maneira como o sujeito concebe a realidade dentro dos modelos epistêmicos. A noção de que fazemos inferências distintas em qualidade acerca de eventos futuros a partir

do nosso conhecimento do passado é fundamental para o entendimento dos modais e abre portas para a análise de demais fenômenos linguísticos.

3 Conclusão

A Gramática Cognitiva, através dos modelos epistêmicos, nos oferece uma ferramenta de análise com base em uma visão cognitivista do significado. Especificamente, Langacker (1991) se propõe a estudar os verbos modais em inglês, oferecendo uma descrição detalhada de diversos modais que não foram abordados neste capítulo. Aqui, buscamos apresentar brevemente a aplicação dessa teoria no português, mostrando como ela é importante para a distinção e caracterização de certos elementos modais. Para além disso, Sousa e Pinheiro (2024) propõem também que os modelos podem ser utilizados na análise de fenômenos não previstos originalmente, em particular o da pressuposição, o que confirma a relevância desse construto teórico. De maneira geral, os modelos são bastante abrangentes e podem oferecer *insights* importantes para a Linguística.

REFERÊNCIAS

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**: Volume II: Descriptive application. Stanford: Stanford University Press. 1991.

SILVA, Augusto Soares da; BATORÉO, Hanna Jakubowicz. Gramática Cognitiva: estruturação conceptual, arquitectura e aplicações. In: **Gramática**: história, teorias, aplicações, p. 229-251, 2010.

SOUSA, Clara; PINHEIRO, Diogo. Pragmática e cognição: a codificação gramatical da expectativa. **Palimpsesto** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 23, n. 44, p. 195-218, 2024.

CAPÍTULO 5

A MORFOLOGIA COGNITIVA

Alão AGUIAR

Paulo Handerson Rodrigues MOTA

Na linguística, em geral, a morfologia diz respeito ao campo interessado no estudo da estrutura interna da palavra (Lyons, 1987). Essa concepção mais tradicional dos estudos morfológicos abriga consigo a preocupação de seccionar palavras ao ponto de encontrar unidades mínimas e irreduzíveis de forma e sentido – nomeadamente **morfemas**. Os morfemas participariam, assim, de processos regulares na composição dos vocábulos, organizando-se ordenadamente na arquitetura das palavras, agindo como fontes profícuas na criação de novos itens e facilitando a interpretação de itens já preexistentes.

Em muito, essa concepção da morfologia não está enganada e garantiu para a linguística proveitosos avanços na descrição de processos que partem do estudo da palavra. É esperado que ao tratarmos neste capítulo de uma Morfologia Cognitiva, como um novo campo das pesquisas em morfologia, que se pergunte, então, “mas pra que mais uma área?”. E a pergunta não deixa de ser razoável!

Os motivos para uma Morfologia Cognitiva vêm acompanhados da discussão de suas implicações e das diferenças que tenta formular enquanto um novo paradigma dos estudos morfológicos. Esse novo campo busca lidar com as inconsistências do conceito tradicional de morfologia, com o especial desafio de ultrapassar os limites desse conceito e trazer à luz o que comumente foi nomeado dentro dele como irregular, excepcional ou que foi desconsiderado como objeto da pesquisa em morfologia.

Além disso, a Morfologia Cognitiva não surge de lugar nenhum e se alinha às investigações da Linguística Cognitiva e da Gramática Cognitiva (Langacker, 2008), que partem dos seguintes princípios norteadores (Cuenca; Hilferty, 2007; Langacker, 2008; Ferrari, 2020):

- A cognição não é modular, o que implica dizer que a linguagem é regida pelas mesmas operações que lidam com os conhecimentos não linguísticos;
- A linguagem é enciclopédica, ou seja, não há diferença entre conhecimento linguístico e conhecimento de mundo;
- A gramática é dinâmica e emerge do uso linguístico;
- A linguagem tem um caráter inerentemente simbólico e parte da inter-relação de forma e sentido.

Retomando esses princípios, pretendemos conduzir você, leitor(a/e), a uma introdução acerca do que é a Morfologia Cognitiva, quais as razões de sua existência, suas contribuições para a pesquisa em morfologia e seus conceitos centrais. Discutiremos esses temas nas seções subsequentes, que estão organizadas como segue: 1) Os limites do modelo tradicional, 2) Explorando a unidade simbólica, 3) Alguns conceitos centrais da Morfologia Cognitiva e 4) Conclusão.

1 Os limites do modelo tradicional

Pelo dito anteriormente, essa discussão – é claro – deve começar nos limites da morfologia tradicional³². Sua proposta busca o particionamento máximo da palavra em unidades irreduzíveis, isto é, com forma e sentido indivisíveis. As palavras “viajante”, “imprevisível” e “amor” são analisadas, dentro desse modelo, aos seguintes modos:

1. viaj (radical) + ante (sufixo)
2. im (prefixo) + pre (prefixo) + vis (radical) + ível (sufixo)
3. amor (radical) + Ø (desinência de número)

Aqui, a regra que predomina é a da comutação (Câmara Jr., 2004), isto é, alternar os morfemas para análise da estrutura interna das palavras. Tomemos o caso da palavra “viajante”, analisada no exemplo 1. Segundo o modelo, só é

³² É válido destacar que o termo “morfologia tradicional” é uma abstração que agrupa diferentes campos da morfologia e da linguística que se atém à sua descrição a partir da máxima composicionalidade. Não pretendemos aqui nos opor a nenhum modelo em particular e não deixamos de reconhecer as contribuições desses modelos para a linguística.

possível que se defina a natureza de seu radical devido a comutação de “viaj-” com outras formas, como “**almirante**” e “**cartomante**”. A mesma regra vale para o sufixo, que pode comutar com os itens “viaj**ar**” e “viaj**ado**”. Os exemplos 2 e 3 servem, ainda, para apontar as possibilidades de seccionamento máximo das palavras contando tanto com morfemas formalmente presentes, que se agrupam formando um item complexo, como também com morfemas formalmente ausentes, marcados com $\emptyset$.

Nessa proposta, cada morfema comporta uma lista de significados que lhes são próprios, assim como entradas em um dicionário. Tomando o caso da palavra “viajante”, o radical designaria a ação de viajar, enquanto o sufixo indicaria o agente dessa ação. A ausência de morfemas também representa, nesse modelo, a existência de sentido, caso do exemplo 3, em que o $\emptyset$ indica singular, em oposição ao plural “-s”.

Em geral, como dito, o modelo é amplamente aplicável, exceto quando encontra itens em que seu funcionamento demanda um desdobramento além da regra de comutação, caso, por exemplo, de palavras truncadas – *José* > *Zé* – ou sigladas – *Tribunal Superior Eleitoral* > *TSE*. Além desses casos, a composição dos sentidos como sugerido pelo modelo é pouco regular, tendo em vista que frequentemente as palavras não são uma soma de sentidos dicionarizados, para falar de casos em que isso fica mais evidente, temos as palavras “portão” e “aguardente”, por exemplo.

A resposta do modelo a esses casos foi tratá-los como exceção, quando, na verdade, eles mostram os problemas da análise que considera a palavra apenas como um agrupamento de blocos que se posicionam lado a lado, somando-se em forma e sentido³³. Esse tipo de arranjo é o que chamamos de **composicionalidade máxima** (Langacker, 2008) e representa um dos padrões possíveis de funcionamento da linguagem – mas não o único!

É no rompimento com a ideia extensiva de que palavras são maximamente compositivas que a Morfologia Cognitiva sugere um novo olhar para o vocábulo,

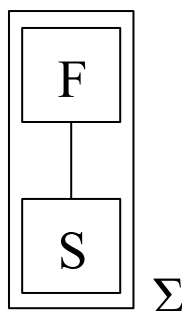
³³ Na Morfologia Cognitiva, isso também será nomeado como “metáfora dos blocos de construção” (Langacker, 2019).

que, de agora em diante, será pensado dentro das dinâmicas do uso linguístico e em seu caráter simbólico.

2 Explorando a unidade simbólica

Tomaremos aqui como ponto de partida a noção de **unidade simbólica**. Na Gramática Cognitiva, a unidade simbólica (Σ) diz respeito a um pareamento entre uma **estrutura fonológica** (F) e uma **estrutura semântica** (S) (Taylor, 2002):

Figura 1: Unidade Simbólica

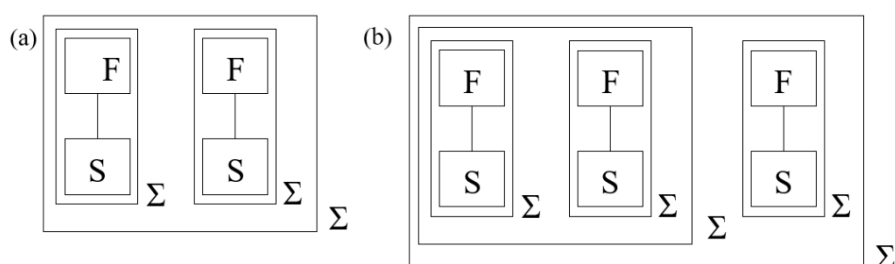


Fonte: adaptado de Langacker (2008)

A estrutura fonológica compreende a expressão linguística do enunciado e se dá a nível de oralidade, escrita ou gesto. A estrutura semântica, por outro lado, tem a ver com os conhecimentos adquiridos com a experiência empregados na linguagem por propósitos comunicativos (Taylor, 2002; Langacker, 2008). A unidade simbólica constitui a estrutura mais superficial do enunciado linguístico, e também representará o **léxico** da língua, um inventário de unidades que poderão ser tanto morfemas, palavras, frases fixas, expressões idiomáticas e até mesmo passagens ainda mais longas (Langacker, 2019).

O conceito tradicional de morfema pode ser compreendido, dessa maneira, como uma unidade simbólica irreduzível, assim como na figura 1. Por oposição, é possível supor que unidades simbólicas também podem guardar consigo uma estrutura mais complexa, formando uma unidade a partir de um conjunto de outras unidades (Langacker, 2008), como na figura 2.

Figura 2: Unidades Simbólicas complexas



Fonte: adaptado de Langacker (2008)

A formação dada em (a) pode ser ilustrada com a palavra “livros”, em que tanto o radical “livro” como a desinência “-s” representam duas unidades, que juntas formam uma estrutura hierarquicamente maior e composta, “livros”. O caso de (b), por sua vez, simboliza a junção de uma unidade simbólica complexa com uma unidade simples, e é o caso da palavra “imprevisível”, discutida na seção anterior, formada a partir do arranjo do prefixo “im-” (unidade simples) com a palavra “previsível” (unidade complexa). Comparando essa última análise com o modelo tradicional, já é possível perceber que há algumas diferenças entre a descrição da Morfologia Cognitiva e da morfologia tradicional.

Além disso, as unidades simbólicas guardam consigo a estruturação da língua como um todo, o que quer dizer que, embora representem o nível mais superficial do enunciado, elas também guardam consigo a estrutura interna da língua, sua **gramática**, formada a partir da regularidade de determinados padrões de formação. A isso, daremos também o nome de **esquematicidade** (Langacker, 2008).

A esquematicidade tem a ver com a habilidade de perceber a estrutura interna de um item composto a partir de sua recorrência no uso linguístico (Langacker, 2008). Tornando ao caso da palavra “viajante”, retratada no exemplo 1, sua análise se deu por comparação com outros itens, “almirante” e “cartomante”. Aqui, manteremos a mesma ideia de comparação, exceto para o fato de que a comparação é realizada intuitivamente pelos falantes. Com isso, é possível perceber uma estrutura abstrata e subjacente às palavras formadas, por exemplo, com sufixo “-ante”, sendo essa estrutura o **esquema** [X + ante]. O X representa um *slot* à espera de preenchimento por outro morfema, que

comporá, ao final, uma palavra; no caso de “viajante”, a raiz “viajar”. Como dito, esse feito é intuitivo, e não depende de uma racionalização por parte dos usuários da língua, visto que eles utilizam o sufixo na estrutura como apresentada no esquema.

Além disso, esse preenchimento da estrutura abstrata, ou esquema, é nomeado como **instanciação** ou **especificação** (Langacker, 2008). O esquema instanciado é o mesmo que um item lexical; e é a relação entre esquematicidade e instanciação que concretizam a existência de um **continuum** entre léxico (nível superficial) e gramática (nível profundo ou subjacente) (Langacker, 2008).

3 Alguns conceitos centrais da Morfologia Cognitiva

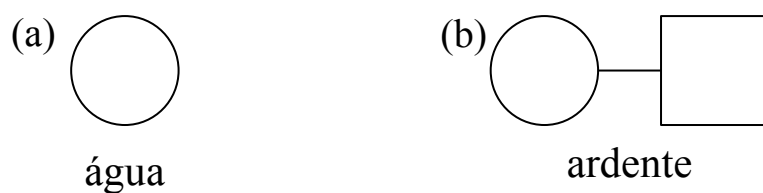
A partir daqui, devemos, portanto, refletir sobre o estudo das palavras quanto ao seu *status* enquanto unidade simbólica, levando em conta sua estrutura fonológica, sua estrutura semântica e o pareamento das duas estruturas. Para isso, lidaremos com alguns conceitos centrais dessa área, que são: **composicionalidade**, **analísabilidade**, **autonomia/dependência** e **base/elaboração**.

3.1. Composicionalidade e analisabilidade

Este primeiro par de conceitos virá em conjunto devido à sua atuação muito próxima na produção e interpretação de palavras compostas. Você, leitor(a/e), deve se recordar da noção de composicionalidade ao tratarmos do modelo tradicional, que empregava uma composicionalidade máxima. Mas o que isso quer dizer?

A composicionalidade refere-se à capacidade de perceber a contribuição semântica das unidades que compõem um item complexo (Hamawand, 2011). Pensemos no caso da palavra “aguardente”, composta a partir dos morfemas “água” e “ardente”. É claro que ambos os morfemas se tratam de duas palavras fusionadas pela força do uso, mas que preservam entre si a relação de substantivo e adjetivo, respectivamente. Na Morfologia Cognitiva, é possível ilustrar a semântica de cada uma como na figura 3.

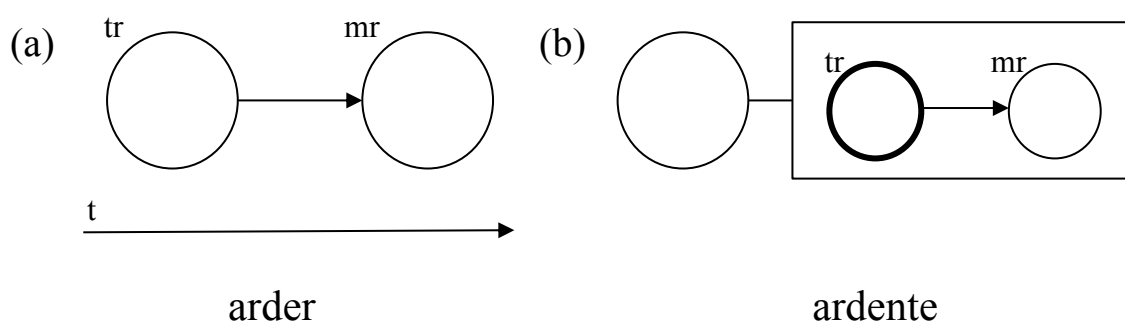
Figura 3: morfemas de “aguardente”



Fonte: elaborada pelos autores

Por convenção, o círculo representa entidades coisificadas, em outras palavras os substantivos. Os adjetivos são representados como uma relação entre um atributo, esquematizado em (b) como um quadrado, e uma entidade, o círculo de (b). É válido destacar que a representação do adjetivo “ardente” na figura 3 é ainda simplista, tendo em vista que sua semântica significaria o mesmo que “o que arde”. Ele tem, assim, uma base verbal dentro de si. A Gramática Cognitiva considera verbos, prototipicamente, como uma relação entre duas entidades, em que uma age sobre a outra. O verbo “arder” é descrito como em (a), da figura 4.

Figura 4: significado de “arder” e “ardente”



Fonte: elaborada pelos autores

A representação (a) descreve um agente (o trajetador) que age sobre um paciente (o marco) em um intervalo de tempo (t). Dizendo de outra maneira, “algo” faz arder “alguma outra coisa” durante algum tempo. O adjetivo “ardente” recupera essa relação processual e a encapsula na função de adjetivo, isso é ilustrado em (b), com o mesmo desenho de (a) englobado pelo retângulo. Para

além disso, o adjetivo não foca na ação como um todo, mas dá atenção à entidade que causa a ação, isto é, “o que causa o arder”.

A partir disso, seria possível pensar, antes de analisar o sentido de “aguardente”, na possível contribuição das unidades que o compõem. Poderíamos até mesmo cogitar que seu sentido é uma soma dos significados de “água” e “ardente”, ou seja, o que chamamos de máxima composicionalidade. Contudo, mesmo que isso soe bastante lógico, há um problema quanto à caracterização semântica dessa palavra por esses moldes, tendo em vista que seu sentido não é de uma “água que arde”; é, na verdade, o mesmo que “cachaça”.

Os morfemas presentes nessa palavra têm, assim, um papel importante na construção de seu significado, “água” pois tem a mesma aparência incolor da cachaça e “ardente”, que é a mesma sensação do álcool da bebida ao passar pela garganta. Entretanto, o significado de nenhum dos dois morfemas aparece por completo na palavra “aguardente”. Isso se deve ao fato de que um item complexo (que daqui em diante chamaremos de **estrutura composta**) normalmente faz uma seleção das facetas de sentidos de cada morfema que o compõe para preparar o sentido da estrutura composta (Langacker, 2019). É por esse motivo que a Morfologia Cognitiva recusa a composicionalidade máxima como um paradigma geral, tendo em vista que muitos itens são formados a partir de diferentes níveis de composicionalidade.

Além disso, certos vocábulos podem apresentar uma **assimetria** na relação de forma e sentido (Langacker, 2019). Este fator está intimamente ligado à **analisabilidade**, que verifica a simetria e proporção entre as estruturas fonológica e semântica (Taylor, 2002).

Pensemos nas palavras “pezão” e “portão”. As duas partilham do sufixo “-ão”, sendo possível delimitar seus polos fonológicos, respectivamente, como: 1. [[pé][-ão]]; 2. [[porta][-ão]]. A nível de sentido, a palavra peção é de perfeita simetria, considerando que [pé] significa [PÉ], e [-ão] significa [GRANDE], enquanto a estrutura composta significa [PÉ GRANDE]. Contudo, a formação da palavra “portão” não se dá da mesma maneira. O significado de “portão” não é “porta grande”, tendo em vista que determina um tipo de porta utilizado na

entrada de um lugar. Não seria, por isso, possível assertar uma simetria entre seus pólos fonológico e semântico, levando em conta que [-ão], regularmente, não apresenta em sua polissemia o sentido de [ENTRADA]. Nesse caso, diremos que a analisabilidade não é máxima.

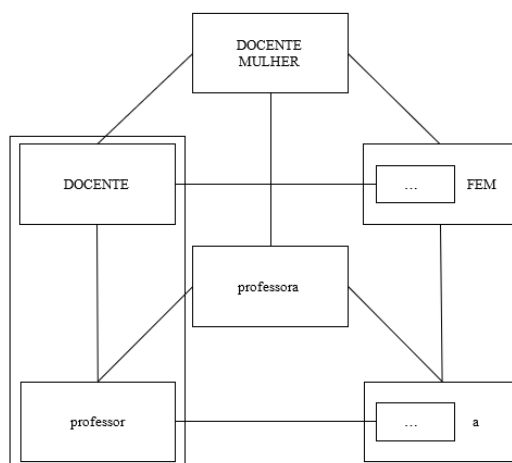
É provável que você, leitor(a/e), até esse ponto do texto, ache os conceitos de composicionalidade e analisabilidade semelhantes ou mesmo confusos. E de fato, são conceitos muito próximos, embora sejam diferentes. O que esperamos que seja compreendido até aqui é especialmente quando as duas noções se apresentam em sua maximalidade. A máxima composicionalidade e máxima analisabilidade são essenciais na morfologia por garantirem a **produtividade** e a **convencionalização** de esquemas na língua; o que significa dizer que essas estruturas são primordiais na criação e interpretação de expressões e tornam a linguagem mais eficiente no uso corrente³⁴. A cautela deve ser, no entanto, somente quanto à sua generalização na qualidade de um dado comum da linguagem.

3.2. Autonomia e dependência

A questão da autonomia e dependência não é novidade nos estudos morfológicos. Na Morfologia Cognitiva, a relação radical-afixo parte, em grande medida, da relação entre autonomia e dependência, em que radicais tendem a ser autônomos, e regularmente mais preenchidos de sentido ou menos dependentes fonologicamente, enquanto afixos costumam ser mais dependentes e sua estrutura pressupõe a existência de um radical (Langacker, 2019).

³⁴Ainda que tenhamos empregado os termos “máxima analisabilidade” e “máxima composicionalidade” é válido destacar que a maximalidade de ambas está aí inserida dentro dos limites da morfologia, considerando que, em seus *continua* (ou contínuos), seus níveis máximos tendem a ocorrer em estruturas mais complexas de unidades plenamente autônomas, como na frase e no texto (Kardela, 2016). E mesmo na morfologia, isso não é plenamente unânime. Chen (2023) defende que palavras formadas por composição tendem a ser mais simétricas do que aquelas formadas por derivação. Mantivemos, contudo, a posição de Taylor (2002) e Hamawand (2011) quanto à definição de máxima analisabilidade.

Figura 5: estrutura radical-afixo de “professora”³⁵



Fonte: elaborada pelos autores

O caso da palavra “professora”, apresentado na figura 5, ilustra a relação prototípica de autonomia e dependência, sendo possível perceber que, a nível fonológico (representado em minúsculo) e semântico (representado em maiúsculo), o morfema de gênero feminino depende da parte autônoma e, por conseguinte, a pressupõe em uma estrutura esquemática. Em oposição, o radical de professora pode aparecer “livremente” como acontece na frase do exemplo 4:

4. Ao **professor**, é vedado o acesso ao banheiro do segundo andar.³⁶

Isso, em grande parte, é o que discrimina mecanismos de flexão e derivação da composição, esta última não mantendo a relação de autonomia e dependência (Langacker, 2019). É importante frisar, ainda, que esses 3 mecanismos, por mais que se distingam até certo ponto, formam entre si um *continuum*, não possuindo, dessa maneira, limites estritos (Chen, 2023).

³⁵ É necessário endossar que não pretendemos apresentar com o exemplo um comportamento restritivo da semântica do gênero em português. O exemplo representa apenas um caso prototípico. Ademais, ao colocarmos o radical “professor”, não estamos reiterando a concepção de não-marcação de Câmara Jr. (2004).

³⁶ Note, leitor(a/e), que a aplicação de “professor” no exemplo 4 indica sua esquematização de sentido, ao passo que não apresenta semanticamente um gênero especificado. Seria, por isso, uma forma genérica, embora descrita formalmente como masculina devido à concordância. É possível, além disso, que essa discussão se estenda por o tema carecer de mais estudos na Morfologia Cognitiva. Como não é o foco do presente trabalho, não o abordaremos.

O exemplo ilustrado pela figura 5 demonstra também um caso prototípico do gênero em português. Mas e se trouxéssemos à discussão a palavra “avó”? Como descrevê-la? Nesse caso, a regra se constitui da mesma maneira. A palavra “avó”, assim como “avô”, formam entre si um caso particular de formação de gênero a nível fonológico, já que sua diferença se dá no alteamento da vogal, no feminino /ɔ/ e no masculino /o/. O morfema de gênero, nesse caso, se constitui tanto quanto em “professora” e sua avaliação se dá pela comparação do radical com a estrutura composta. Caso semelhante acontece também com a palavra “lápis”, que tanto no singular, como no plural, tem a mesma fonologia. No plural, a comparação do radical com a estrutura composta aparenta não apresentar um morfema de número a nível fonológico, que é presente, entretanto, a nível semântico – e também morfossintático, com a concordância. O modelo, nesse caso, considera também a existência de uma desinência de plural na palavra “lápis”, mesmo sem sua realização a nível fonológico, que corresponderia, nesse polo, a Ø.

É importante também enfatizar que essa relação de autonomia e dependência é proveniente da convencionalização de padrões. Uma boa estratégia para pensarmos nisso é a partir da formação de acrônimos, abreviações ou siglas. Comumente, esses 3 processos de formação de palavras não se estabelecem a nível rotinização das suas unidades, ao passo que comumente, falantes que não estão ambientados com certas siglas, acrônimos ou abreviações, não conseguem reconhecer de imediato o significado de cada uma das suas letras (ou unidades). Entretanto, observemos os seguintes exemplos:

5. a. Ale**ce** (Assembleia Legislativa do Ceará)
- b. Pefo**ce** (Perícia Forense do Estado do Ceará)
- c. CREAE**CE** (Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará)
- d. Ar**ce** (Agência Reguladora do Estado do Ceará)

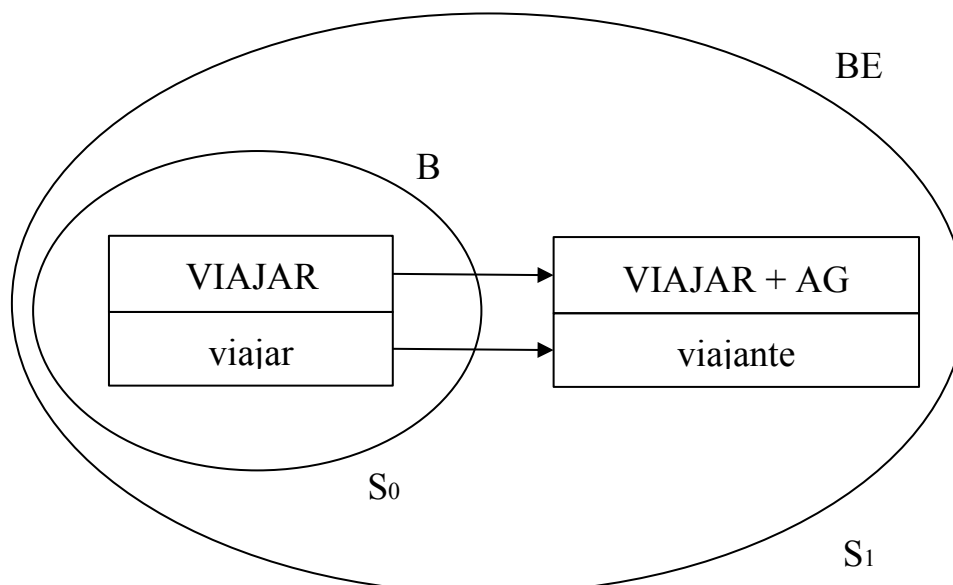
Os itens do exemplo 5 ilustram a formação de acrônimos e siglas de órgãos e repartições públicas do estado do Ceará. Embora nem sempre os falantes sejam capazes de reconhecer todas as letras que compõem a sigla de cada uma das palavras, certamente eles são capazes de compreender de imediato o

sentido de “[ce]”, devido a sua rotinização. Nesse caso, a análise morfológica não se dá em uma máxima analisabilidade, mas garante a possibilidade do reconhecimento de uma das unidades que integra a estrutura composta, construindo-a como uma unidade regular e dependente do resto da sigla ou acrônimo. O que significa dizer que “[ce]” passou a ser um sufixo, isto é, uma unidade dependente, pela convencionalização, mesmo que a forma autônoma à qual se fixa não seja perfeitamente analisável.

3.3. Base de elaboração

Este último par de conceitos se inserem no processo de **elaboração** (Langacker, 2008). Vimos anteriormente que itens compostos costumam guardar consigo esquemas, isto é, padrões gramaticais abstratos, que são posteriormente instanciados ou especificados. Esse processo de especificação, em muito se conecta ao processo de elaboração, em que temos uma base que será elaborada por um outro item a partir de uma estrutura esquemática (Kardela, 2020). Tragamos de volta à discussão a palavra “viajante”, ilustrada na figura 6.

Figura 6: elaboração da palavra “viajante”

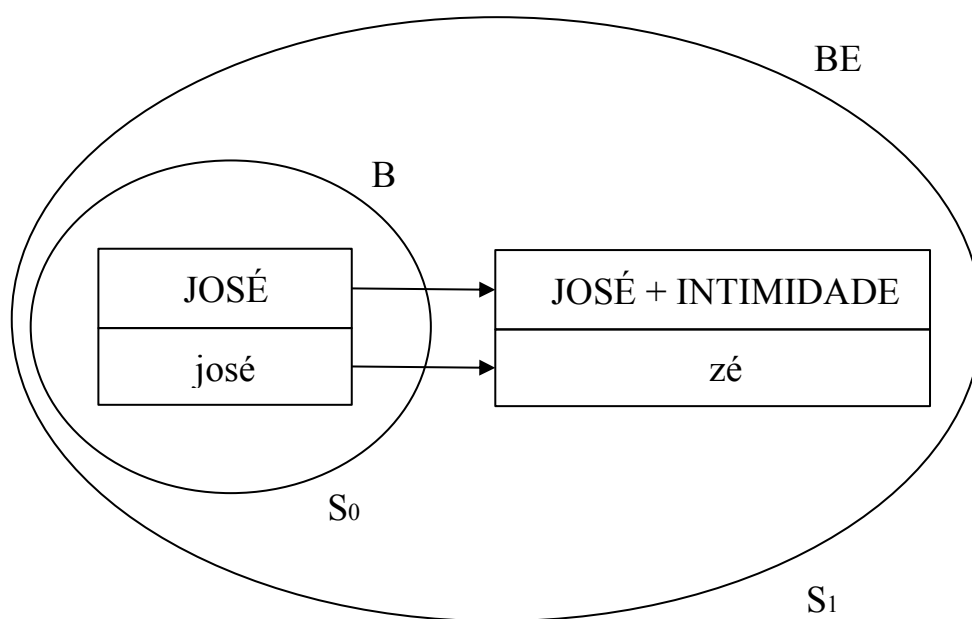


Fonte: elaborada pelos autores

A análise consiste em pensar a palavra “viajante” como uma elaboração de viajar. Na figura 6, a letra B indica a base e sua elaboração é indicada pelas setas. Ao final, a estrutura composta resulta numa especificação da base, ou seja, uma **base elaborada** (BE). As letras S_0 e S_1 dizem respeito à noção de **estratificação** (tradução nossa de *layering*), em que cada estrato é um substrato de uma estrutura superior, isto é, S_0 pode servir de substrato para uma estrutura mais complexa, um estrato S_{0+1} , ou simplesmente S_1 (Kardela, 2020).

A noção de elaboração, em um plano geral, confronta os limites do modelo tradicional em que a elaboração se dá por uma justaposição de morfemas. Mencionamos anteriormente o caso do nome “José”, que pode passar por um truncamento e tornar-se “Zé”. Aplicando ao modelo de elaboração proposto, embora o item passe por perda fonológica, ele ganha especificidade a nível semântico, já que “Zé” diferentemente de “José” pressupõe uma relação de maior intimidade entre os interlocutores, podendo ser esquematizado como segue:

Figura 7: elaboração da palavra “Zé”



Fonte: elaborada pelos autores

Os estratos podem, ainda por cima, passar por mais elaborações. No caso da figura 7, “José” representa o estrato S_0 , elaborado em “Zé”, o estrato S_1 . Este, por sua vez, pode ser ainda mais elaborado, incorporando mais significado

afetivo, como acontece em “Zezinho” ou “Zezim”, representando um estrato S_2 , originado do substrato “Zé”. O que pretendemos enfatizar com isso é a complexidade da estratificação na morfologia. Para que a elaboração se opere, há o acionamento de estruturas esquemáticas que auxiliarão na criação de itens novos. Esses itens guardarão em suas bases elaboradas os esquemas acionados em sua elaboração.

4 Conclusão

A você que chegou até este ponto do texto, esperamos que esta introdução da Morfologia Cognitiva tenha sido satisfatória. O campo ainda dá seus primeiros passos na linguística brasileira e conta com poucas produções no Brasil. Para este capítulo, tomamos como inspiração alguns dos trabalhos que proferiram avanços nesse campo em língua portuguesa, como o de Janderson Lemos de Souza (2020), de Raphael Alves de Oliveira (2023) e de Adriana Carvalho da Silva (2019), para citar alguns.

Em outras línguas, alguns autores também pesquisaram no tema, a citar, Livio Gaeta (2003), em italiano, Henryk Kardela (2016, 2020), em polonês e inglês, Yiting Chen (2023), em japonês e inglês, o próprio Ronald Langacker (2019), em inglês, e Zeiki Hamawand (2011), quem, até então, melhor sistematizou uma introdução à área em língua inglesa. A quem possuir maior intimidade com alguma dessas línguas, sugerimos a leitura desses trabalhos.

É necessário enfatizar que muitos outros conceitos não puderam ser percorridos neste texto. **Correspondência, construal, grounding, determinância do perfil** e outras noções são conteúdos cuja leitura também é de grande relevância. Em suma, a melhor fonte para esses assuntos é a Gramática Cognitiva (Langacker, 1987, 1991, 2008; Taylor, 2002). Em nossa humilde opinião, a leitura talvez demande um pouco mais de maturidade na área, mas não deixará de ser proveitosa, mesmo às pessoas mais inexperientes.

Por fim, destacamos o potencial de avanço desse campo que mesmo em seu alvorecer já ilumina fenômenos que há muito ficaram na escuridão do desconhecido. Muitos dos exemplos aqui apresentados carecem de aprofundamento, não tendo sido exaustivamente analisados neste trabalho, o

que sugere um convite para que você, leitor(a/e), dê continuidade a explorar esse universo que ainda tem muito a ser revelado.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **A estrutura da língua portuguesa**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHEN, Yiting. Baseline and Elaboration in Word Formation. *In*: LI, F. T. **Handbook of Cognitive Semantics**. Leiden: Brill, 2023. p. 54-94.

CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. **Introducción a la lingüística cognitiva**. 4. ed. Barcelona: Ariel, 2007.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2018.

GAETA, Lorenzo. Per una morfologia cognitiva. *In*: GAETA, L.; LURAGHI, S. **Introduzione alla linguistica cognitiva**. Roma: Carocci, 2003. p. 101-122.

HAMAWAND, Zeki. **Morphology in English**: word formation in cognitive grammar. Chennai: Continuum, 2011.

KARDELA, Henryk. Analyzability and institutionalization: setting parameters in cognitive morphology. **SKASE Journal of Theoretical Linguistics**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 69-90, 2016. Disponível em: http://www.skase.sk/Volumes/JTL32/pdf_doc/04.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

KARDELA, Henryk. Form and meaning in cognitive morphology. *In*: BADIO, J. (ed.). **Categories and units in language and linguistics**. Łódź: Łódź University Press, 2020. p. 67-81.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar**: theoretical prerequisites. Califórnia: Stanford University Press, 1987. 1 v.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar**: descriptive application. Stanford: Stanford University Press, 1991. 2 v.

LANGACKER, Ronald. **Cognitive grammar**: a basic introduction. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, Ronald. Morphology in cognitive grammar. *In*: AUDRING, Jenny; MASINI, Francesca (org.). **The oxford handbook of morphological theory**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019. p. 346-364.

LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

OLIVEIRA, Raphael Alves de. **Formações inovadoras com des- no X/Twitter**: descrição e análise pela morfologia cognitiva. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, 2023.

SILVA, Adriana Carvalho. **“Multiletramento”, “multimodalidade”, “multitela”, “multitv”**: a construção [multi + X] no português brasileiro segundo a gramática cognitiva. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

SOUZA, Jerson Lemos de. Provocações morfológicas à gramática cognitiva. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 303-323, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/34366/21409>. Acesso em: 31 dez. 2024.

TAYLOR, John. R. **Cognitive grammar**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002

CAPÍTULO 6

O PROCESSAMENTO CEREBRAL NA REALIZAÇÃO DA CATEGORIZAÇÃO:

Intersecções dos estudos da linguística cognitivo-funcional e da neurociência

Lennie Aryete Dias Pereira BERTOQUE

Os avanços na ciência decorrem tanto dos estudos disciplinares, que possibilitam o aprofundamento e a pormenorização sobre um fenômeno dentro de uma única área de conhecimento, quanto da inter-relação de áreas, subáreas, especialidades de conhecimento e abordagens e/ou da inter-relação³⁷ de metodologias, porque consideram outras perspectivas (outros ângulos) de observação de um determinado fenômeno quanto à sua constituição e sua funcionalidade.

Nas Ciências da Linguagem, tende-se a priorizar as estratégias de ensino e de pesquisa disciplinares (como observamos em nossos currículos acadêmicos da graduação e da pós-graduação), no entanto, neste capítulo, objetiva-se apresentar a intersecção do conceito de categorização da Linguística Cognitiva (LC), considerando-se pressupostos da Linguística Funcional (LF), com as discussões da Neurociência, referente ao processamento cerebral que operacionaliza esse fenômeno linguístico-cognitivo, destacando-se a relevância de também se inter-relacionar áreas de conhecimento e abordagens para o desenvolvimento das análises linguísticas³⁸ — neste caso, por meio de uma estratégia interdisciplinar.

A LC é uma ciência cognitiva que inter-relaciona, de modo não modular, a linguagem com outras unidades de processamento mental (percepção, atenção, memória, funções executivas superiores) e, por isso, tende a considerar a

³⁷ As estratégias de ensino e de pesquisa: multi, inter e transdisciplinares.

³⁸ Frisa-se, ainda, que acionar outras áreas, subáreas, especialidades e abordagens não implica, necessariamente, que há a obrigatoriedade de aprofundamento dessas áreas, muito menos, que tal pesquisador (a) passa a ser um especialista na outra área, mas possibilita-se uma compreensão mais significativa desses fenômenos.

interdisciplinaridade efetivamente com as outras ciências cognitivas (Psicologia Cognitiva, Neurociência Cognitiva, Antropologia, Filosofia, Inteligência Artificial etc.) e com outras ciências e abordagens, como a Linguística Funcional que também será brevemente mencionada.

Parte-se da concepção de linguagem como um processo dinâmico de interação social, que se constitui e é constituído pela e na língua (Neves, 1977; Martelotta, 2009; Martelotta, Alonso, 2012; Furtado da Cunha, 2009; Ferrari, 2011). O fenômeno em análise, categorização, se refere ao agrupamento de elementos linguísticos por meio de semelhanças semânticas e funcionais em classes específicas, considerando-se a capacidade de memória no cérebro (Langacker, 1987; Silva, 1997; Ferrari, 2011), o que indica uma relação direta dos aspectos linguístico-cognitivos com os aspectos morfológicos e fisiológicos do cérebro.

Ferrari (2011, p. 40) apresenta um exemplo que possibilita a reflexão sobre a relação das semelhanças entre membros de uma categoria, sobre a sua funcionalidade (relação contextual), para inter-relacionar com o processamento cerebral:

1. a. Não tenho visto mais o João no ponto de ônibus.
b. Ah, é porque ele comprou um *carro/Mercedes/veículo*.

As possibilidades de resposta em (1b) sobre o objeto comprado indicam que “carro”, “Mercedes” e “veículo” fazem parte de uma mesma categoria. A escolha por apenas uma se dará a partir dos efeitos de sentido, conforme contextos comunicativos distintos. Por exemplo, a escolha por “Mercedes” possibilita a construção de sentidos referentes à condição financeira mais elevada de João, ao tempo que se informa o porquê de ele não ser mais visto no ponto ônibus.

O cérebro possui estruturas que viabilizam a comunicação das informações entre os neurônios, a fim de acelerar o processamento, por exemplo, os neurônios mielinizados, a consolidação de informações durante o sono, com base na frequência/recorrência das informações, e a associação cognitiva como atalho para recuperar informações rapidamente. A escolha por “Mercedes” em (1) se relaciona com o processo de associação cognitiva, via consolidação de

conexões sinápticas. Com a escolha de um dos membros da categoria (“Mercedes”), responde-se sobre a ausência de João e direciona-se para a condição financeira dele, porque essa informação está armazenada na mente por meio do conhecimento enciclopédico (outras vivências no mundo).

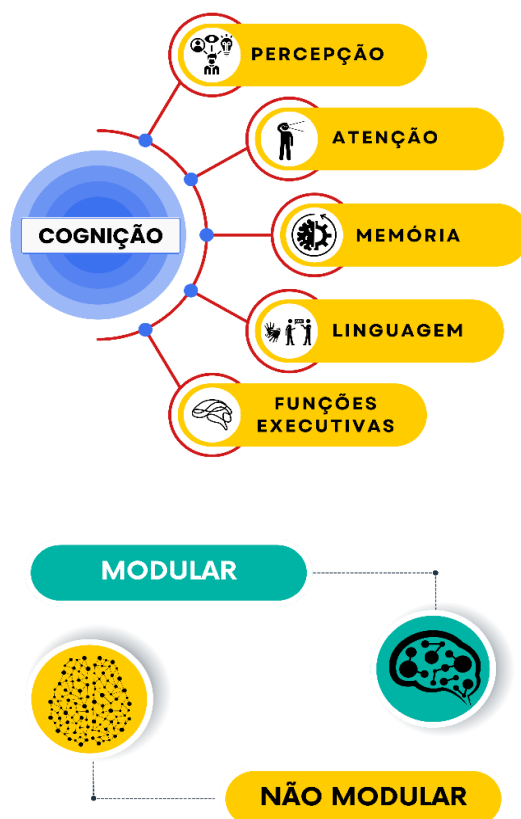
Assim, neste capítulo, será apresentada uma visão geral sobre o que é cognição; o conceito de categorização na LC, bem como alguns pressupostos da LF que ampliam a compreensão desse fenômeno; e os elementos introdutórios que nos permitem compreender o processamento da categorização no cérebro.

1 Cognição

A cognição, *grosso modo*, implica o processamento e o armazenamento de informações na mente, por meio da construção de significados decorrentes de interações em contextos sociais diversos, articulando-se as unidades de processamento mental: linguagem, percepção, atenção, memória, funções executivas superiores (Sternberg, 2010; Martelotta, Alonso, 2012; Prehn; Meer, 2014; Eysenck; Keane, 2017).

Na figura (1a), apresentam-se as unidades de processamento mental e, na figura (1b), apresenta-se que os tipos de estudo sobre a articulação dessas unidades podem se dar sob duas perspectivas teórico-metodológicas: (i) modular — na qual a mente humana é compreendida como módulos especializados e independentes (relativamente autônomos), responsáveis por uma função cognitiva específica; e (ii) não modular — na qual a mente humana é compreendida em rede: os processos mentais não podem ser separados em unidades cognitivas distintas, mas em unidades interconectadas e influenciadas por uma rede complexa de interações (Sternberg, 2010; Eysenck; Keane, 2017).

Figura 1: a) Unidades de processamento mental; e b) Perspectivas de Modularidade



Fonte: Elaboração própria

A discussão proposta neste capítulo se subsidia na perspectiva da LC, consequentemente, fundamenta-se no estudo não modular da cognição.

2 Categorização na Linguística Cognitiva

Nas análises na LC, as unidades de processamento mentais são interconectadas para compreensão da construção/organização e reorganização cognitiva; e mesmo sem separá-las porque são mutuamente determinantes, é possível se distinguir cada uma.

No estudo da unidade de processamento “linguagem”, a partir da LC, pode-se classificar quatro principais Teorias Cognitivistas da Linguagem: Teoria da Metáfora Conceptual (TMC); Teoria dos Espaços Mentais (TEM); Teoria das Construções Gramaticais (TCG); e Linguística Centrada no Uso (LCU) (Neves,

2018). Em todas essas teorias, o conceito de categorização é usado no desenvolvimento das propostas.

A categorização implica a identificação, o agrupamento e a nomeação de elementos linguísticos por meio de semelhanças semânticas e funcionais, fundamentadas no conhecimento enciclopédico, formado e atualizado por meio das experiências (relações sociais), modulando-se entre membros mais salientes — centrais —, para menos salientes — periféricos —, com base na capacidade de memória (Langacker, 1987; Silva, 1997; Bybee, 2010, Ferrari, 2011).

Para o cérebro conseguir identificar, organizar e nomear a gama de elementos da experiência humana no mundo³⁹, são necessárias estratégias linguístico-cognitivas que possibilitem o seu armazenamento e seu processamento. Dentre as estratégias, há a Teoria dos Protótipos que se refere à construção de uma base de “exemplares típicos, mais representativos, ou, melhor, representações mentais destas entidades” (Silva, 1997, p. 66), em outras palavras, essa teoria implica a seleção de elementos que mais representam uma categoria, por apresentarem mais semelhanças dentre outros elementos e por sua frequência (Silva, 1997; Bybee, 2010; Ferrari 2011).

Ferrari (2011, p. 42) apresenta um quadro com as semelhanças entre membros da categoria “ave”:

Quadro 1: Traços de membros da categoria “ave”

SABIÁ	AVESTRUZ	PINGUIM
tem bico tem dois pés põe ovos tem duas asas tem penas pode voar	tem bico tem dois pés põe ovos tem duas asas tem penas	tem bico tem dois pés põe ovos

Fonte: Ferrari (2011, p. 42)

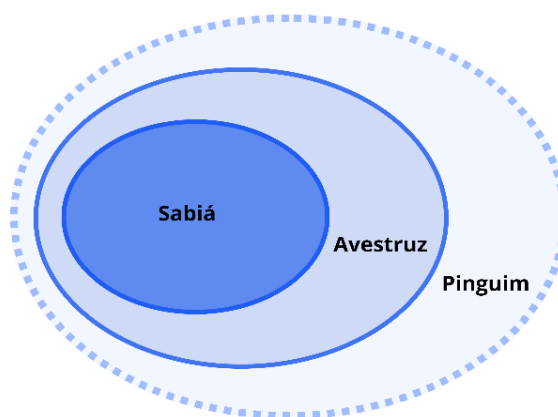
Ferrari (2011) explica que, se considerássemos a categorização aristotélica, “pinguim” não poderia ser categorizado como “ave”. A autora também ratifica a importância de acionar a noção de *frame* para compreender a categorização,

³⁹ A noção de “mundo” empregada aqui se refere a qualquer mundo, a saber, real, imaginário, fictício, virtual etc., conforme explica Dik (1989).

porque trata-se do conhecimento armazenado na memória de longo prazo, considerando-se o agrupamento por meio das semelhanças familiares, e porque organiza e relaciona (esquematiza) os elementos e as entidades que compõem as cenas da experiência humana (socioculturais).

Conforme se verifica no quadro 1, o “sabiá” apresenta mais traços da categoria “ave” e, considerando-se a esquematização da experiência, ele tende a ocupar o centro da categoria. O “avestruz” ocupa uma posição intermediária e o “pinguim” ocupa uma posição periférica, conforme a autora ilustra e reapresenta na figura 2:

Figura 2: Categoria radial



Fonte: Ferrari (2011, p. 42)

Geeraerts *et al.* (1994) apresentam uma explicação psicológico-funcional para a produtividade da organização das categorias por meio de protótipos. Para eles, os protótipos possibilitam concomitantemente *estabilidade*, ou seja, os protótipos existentes permitem a interpretação de novas experiências sem a necessidade de criação ou redefinição de categorias; e *flexibilidade* por meio da adaptação aos vários contextos comunicativos e integração de novas entidades como membros mais centrais ou mais periféricos na categoria, promovendo a continuidade da estrutura geral do sistema categorial como “semelhanças familiares” — numa família, por exemplo, há compartilhamento parcial de características semelhantes, mas não há traços compartilhados por todos os membros igualmente — a cor olhos, o formato do rosto etc. podem não ser

iguais em todos os (as) filhos (as), em relação à (ao) mãe (pai) (Wittgenstein, 2005[1953]; Silva, 1997; Bybee, 2010; Ferrari, 2011).

Além disso, princípios da LF, que são usados na LC, também podem se relacionar ao funcionamento do cérebro no processo de categorização, tais como informatividade, iconicidade, marcação e gramaticalização. Considerando-se que não será possível discorrer sobre todos os princípios, neste capítulo, apresentam-se brevemente as discussões sobre a informatividade e a marcação para, posteriormente, relacionar com o processamento cerebral.

A informatividade se constitui a partir do conhecimento compartilhado pelos interlocutores numa interação social, podendo ser subdividida em *dada*, *nova*, *disponível* ou *inferível* — esses tipos podem categorizar uma mesma informação, ou seja, uma informação pode ser ao mesmo tempo dada e disponível (Furtado da Cunha, 2009). Furtado da Cunha (2009, p. 166) exemplifica da seguinte maneira:

2. a. aí o mecânico falou que...(ø) não sabia qual o homem que tinha apertado aquilo ((riso))
b. aí quando chegou... ali na:: decida/ porque é... Barra... Tijuca... né? quando estava quase chegando a... Tijuca... vinha... um ônibus na:: direção deles... e tinha um caminhão... parado aqui... (Informante 12, Dario, Discurso & Gramática, RJ).
c. ... mas... eu fui a Petrópolis com uma amiga... que nunca tinha subido a serra.
d. ... quando ela viu o ônibus passar... mas o ônibus já estava indo... e ela começou a gritar e todo o ponto de ônibus assim lotado... né? ela começou a gritar pro motorista... mas ela estava um pouco longe...

A autora explica que em (2a) o referente do verbo “saber” é o termo “mecânico”, que se categoriza como informação dada e pode ser suprimida (ø) na oração seguinte; em (2b), os sintagmas nominais (SN) “um ônibus” e “um caminhão” são inseridos pela primeira vez na frase, como informações novas; em (2c), há uma informação disponível, porque se trata de uma informação que já está na mente dos interlocutores, geralmente, por se configurar como um referente único; e em (2d), há uma informação inferível, identificada por meio de processo de inferência, considerando-se outras informações dadas, pois não há menção para quem a pessoa “começou a gritar”, pelo contexto e, especialmente,

pelo conhecimento enciclopédico, sabe-se que um ônibus naquelas condições precisaria de um motorista para ser guiado.

Sobre a marcação, Furtado da Cunha (2009) explica que se trata da atribuição de caráter marcado e não marcado. As formas não marcadas se referem às formas comuns, não destacadas porque apresentam: “a) maior frequência de ocorrência nas línguas em geral e em uma língua particular; b) contexto de ocorrência mais amplo; c) forma mais simples ou menor; e d) aquisição mais precoce pelas crianças” (Furtado da Cunha, 2009, p. 170).

Bertoque (2014), ao analisar as construções de voz na fala goiana, observou que, assim como se tem identificado em outras análises do Português Brasileiro (PB), a voz ativa, como em (3a), tende a ser não marcada, porque seu uso é mais frequente; apresenta a forma mais simples, em que o verbo está na forma simples (não composta); apresenta forma mais icônica porque descreve o acontecimento em ordem cronológica dos fatos (da entidade agentiva para a entidade afetada); é encontrada em diversos contextos comunicativos; descreve acontecimentos diversos; e os referentes agentivos e afetados são distintos, sem sobreposição de papéis⁴⁰.

3. a. ... ela ajuda ele também qu/ela trabalha ela tem serviço bão... **ela dá as coisa pra ele**... ajuda ele pagá as conta (*Corpus Fala Goiana*, CGo, ME, F, 33, EF).
b. **Trata-se** de uma aposta no desenvolvimento futuro da neurociência e na sua capacidade de nos fornecer uma explicação mais adequada dos fenômenos mentais (Teixeira, 2011, p. 119).

Segundo Bertoque (2014), a voz impessoal clítica, por outro lado, não teve nenhuma ocorrência, sendo menos produtiva para os goianos entrevistados apresentarem os estados de coisas (EsCO) — descrição dos acontecimentos no mundo (Dik, 1989) —, sobre os temas discorridos. Em (3b), há um exemplo de voz impessoal clítica:

A voz impessoal, como em (3b), é marcada, porque é menos recorrente; apresenta configuração sintático-semântica complexa; suprime a identidade (referente) ou marca formal da entidade agentiva; e rompe com a cronologia dos fatos.

⁴⁰ No capítulo 2, abordam-se construções em que a distinguibilidade entre os participantes é baixa (Nota dos Editores).

A autora pondera que o eixo temático, dentre outros fatores, pode ter incidido para o resultado, já que as entrevistas discorriam sobre o ambiente do falante (casa, escola, trabalho, lazer etc.), de modo mais próximo da informalidade e a voz impessoal clítica tende a ocorrer com verbos mais abstratos e em contextos formais. Além disso, o (a) entrevistado (a) era o ponto de perspectivação — perspectiva é o ponto a partir do qual um indivíduo representa um EsCo⁴¹. Temas sobre cidades, economia, política, futebol etc. não foram discorridos nas entrevistas, o que poderia deslocar o ponto de partida do falante e promover mais impessoalidade e o uso de verbos mais abstratos e, por exemplo, o uso da voz impessoal clítica.

A informatividade, a marcação, bem como a mobilização da Teoria dos Protótipos e a verificação da frequência podem ser compreendidos também a partir do processamento cerebral, como será apresentado na próxima seção.

3 Processamentos de bases da categorização no cérebro

3.1 O cérebro humano

O Sistema Nervoso (SN) se divide em Sistema Nervoso Central (SNC) e Sistema Nervoso Periférico (SNP). Neste capítulo, será apresentada uma discussão introdutória sobre o cérebro, um dos três órgãos que constituem o encéfalo⁴², considerando-se as partes principais que atuam na construção dos processos de categorização.

Moukheiber (2019) explica que se tende a acreditar que as pessoas veem o mundo com olhos e o ouve com os ouvidos, já que a percepção do mundo passa primeiro por nossos sentidos, no entanto, o autor afirma que os olhos e os ouvidos são apenas receptores. Para ele, é o cérebro que possibilita a percepção do mundo.

O cérebro é um órgão que se organiza em cinco lobos (frontal, parietal, occipital, temporal e insular), sendo constituído, sobretudo, por neurônios, que

⁴¹ Ver capítulo 1, sobre perspectivação (Nota dos Editores).

⁴² O SNC é constituído pelo encéfalo e pela medula espinhal. O encéfalo é formado pelo cérebro, pelo cerebelo e pelo tronco encefálico (Van De Graaff, 2001).

são células especializadas⁴³, responsáveis pela comunicação e pelo processamento de informações em todo SN. É o órgão que controla as emoções, os sentimentos, a volição e as ações, com base em sua nutrição (são necessárias aproximadamente 500 calorias para o bom funcionamento do cérebro) e na modulação e na consolidação de sinapses⁴⁴ ao longo dos anos, conforme as experiências/vivências nos vários contextos (Van De Graaff, 2001; Cosenza; Guerra, 2011; Cosenza, 2013; Martin, 2020; Rouse, 2020).

Se a cognição implica o processamento e o armazenamento de informações na mente e os neurônios são células especializadas e responsáveis pelo processamento e armazenamento de informações no cérebro, então, os neurônios são os elementos principais do aparato biológico (ferramenta) que operacionalizam/efetivam a cognição no cérebro.

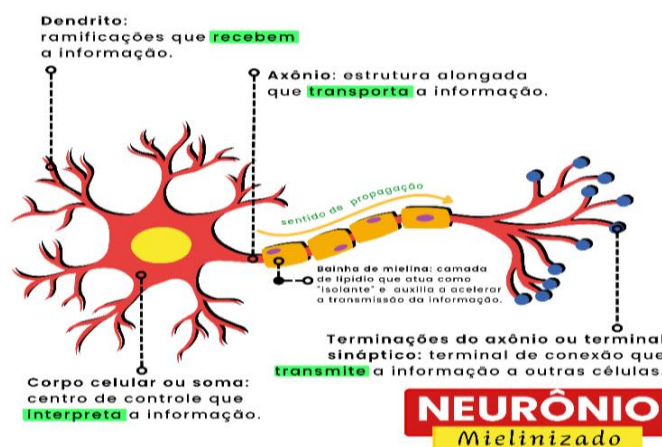
Na figura 3, mostra-se a estrutura de um neurônio mielinizado, que constitui o tipo predominante dos neurônios. Os neurônios possuem três partes principais: a) dendrito — ramificações que recebem a informação de outro neurônio por meio de impulso físico-químico; b) corpo celular ou soma — parte que interpreta a informação; e c) axônio — prolongamento que transporta a informação, via impulso elétrico, até o terminal do axônio ou sináptico (extremidade oposta ao dendrito do neurônio) para se conectar a outras células.

Nota-se também na figura 3, a mielinização do neurônio por meio da bainha de mielina que cobre o axônio. Trata-se de uma camada de lipídio (gordura) que reveste o neurônio (como um fio elétrico que é revestido para evitar curto-circuito), a fim de proteger o neurônio e permitir a comunicação de modo mais rápido, pois os impulsos elétricos não percorrem o axônio, mas saltam rapidamente entre as camadas da bainha para o terminal do axônio.

⁴³ A função principal dos neurônios é responder a estímulos físicos e químicos, convertê-los em impulsos nervosos e conduzi-los a outros neurônios, a fibras musculares ou a glândulas (Van De Graaff, 2001; Cosenza, 2013).

⁴⁴ Sinapse é a denominação para a comunicação entre os neurônios por meio de impulsos físico-químicos (Van De Graaff, 2001; Cosenza, 2013).

Figura 3: Estrutura do neurônio



Fonte: Elaboração própria a partir dos trabalhos de Van De Graaff (2001) e Rouse (2020)

Por isso, a nutrição de uma pessoa impacta a qualidade do processamento (eliminação e consolidação) da informação: uma alimentação pobre em nutrientes reduzirá essa camada, comprometendo a neurogênese (geração de novos neurônios) e os processos sinápticos para consolidação das informações⁴⁵ (aprendizado) (Van De Graaff, 2001; Teixeira, 2011; Cosenza, 2013; Rouse, 2020).

Assim, considerando-se a própria estrutura do neurônio, é possível verificar a relação direta que ele apresenta para operacionalizar a cognição. Além disso, o processo de consolidação/fortalecimento e de eliminação de sinapses (conexões) depende da frequência com que uma informação é processada no cérebro: informações mais frequentes tendem a ser consolidadas; e as menos frequentes tendem a ser eliminadas durante uma das fases do sono, o sono REM (em inglês *Rapid Eye Movement*, que significa “movimento rápido dos olhos”). O sono REM se refere ao estágio de sono profundo, quando o corpo, de fato, está relaxado e o cérebro elimina as informações menos frequentes e consolida as mais frequentes.

⁴⁵ A comunicação entre os neurônios está relacionada à qualidade de transmissão de carga elétrica, considerando-se quatro tipos de íons: potássio (mantidos dentro do neurônio); e sódio, cálcio e cloro (mantidos fora do neurônio). Essa separação de íons internos e externos se dá pela membrana que reveste o neurônio (Teixeira, 2011).

Quando se compreende o funcionamento da cognição no cérebro, pode-se compreender fenômenos cognitivos de modo mais significativo, inclusive, o quanto esse aparato biológico é determinado, moldado pelas relações sociais (ambiente), ratificando a natureza social da linguagem (Bertoque; Casseb-Galvão, 2015; Bertoque, 2018).

3.2 Processamento cerebral da categorização

A categorização, especialmente, por meio da Teoria dos Protótipos e da generalização com base nas extensões metafóricas e metonímicas, é uma das estratégias cognitivas que visa otimizar o funcionamento do cérebro diante da numerosa quantidade de informações que as pessoas recebem.

O cérebro possui uma estrutura que viabiliza a comunicação das informações entre os neurônios, construindo associações cognitivas que são “caminhos”, “trieiros”, “rotas” que de tanto serem acionadas, permitiriam o processamento mais rápido da informação. A construção da associação cognitiva⁴⁶ para criar “rotas” está diretamente relacionada à categorização, agrupando-se informações semelhantes, conforme foi mostrado no quadro 1 em relação às semelhanças entre o “sabiá”, “avestruz” e “pinguim”.

O cérebro também viabiliza a agilidade no processamento por meio da bainha de mielina, que além de proteger o neurônio, faz o impulso elétrico saltar entre as camadas da bainha, evitando-se que ele percorra todo o axônio.

Outra estratégia do cérebro que promove a otimização do processamento das informações é a “limpeza” das sinapses desnecessárias (conexões menos frequentes) e a consolidação de sinapses necessárias (conexões mais frequentes). De certa forma, isso também indica um cérebro limitado e a importância do uso de estratégias de categorização. Ao processo de fortalecimento e de eliminação de informações, durante o sono REM, denomina-se em termos neurocientíficos “consolidação da aprendizagem”⁴⁷ (Van De

⁴⁶ Outro fenômeno da LC que está intrinsecamente relacionado à associação cognitiva e à categorização é a analogia, que discutiremos em outra oportunidade.

⁴⁷ Neste capítulo, não será possível discutir pormenorizadamente sobre a relação da categorização com a aprendizagem, mas ratificamos que não pode haver aprendizagem sem a categorização.

Graaff, 2001; Cosenza; Guerra, 2011; Cosenza, 2013; Bertoque, 2018). Não se trata de apenas incorporar informações à memória de médio e longo prazo⁴⁸, mas também de eliminar o excedente de sinapses.

Assim, é necessário mencionar brevemente outro fenômeno da LC e da LF: a frequência. Quanto mais uma informação é trazida à mente e usada de diversas formas, associando-se às demais unidades de processamento mental especialmente às emoções e à atenção, mais o cérebro compreende que a informação é relevante, logo, fortalecerá aquela conexão sináptica e, quando for necessária sua identificação ou uso, será retomada rápida e significativamente, porque também configurará os “trieiros” (caminhos criados por passagens sucessivas no mesmo “lugar”), estabelecendo-se associações cognitivas.

Assim, elementos mais frequentes tendem a ser menos marcados. Entre “carro”, “Mercedes” e “veículo”, apresentados como possibilidades de escolhas no exemplo 1 deste capítulo (“1. a. Não tenho visto mais o João no ponto de ônibus. b. Ah, é porque ele comprou um *carro/Mercedes/veículo*.”), “carro” seria um elemento menos marcado, portanto, mais geral, mais frequente e mais consolidado na memória de médio e longo prazo, sendo usado em diversos contextos comunicativos; e “Mercedes” seria marcado, menos usado, porque implica uma natureza e um contexto específico: possuir certo tipo de carro e apontar para a situação financeira de João.

O cérebro registra que nessa categoria, “carro” pode ser acionado rapidamente para descrever diversos contextos, o que não ocorrerá com “Mercedes”. Assim, elementos mais ao centro de uma categoria tendem a ser mais frequentes, portanto, tendem a ser mais acionados no processo de associação cognitiva e mais estáveis no centro da categoria. Ressalta-se que não se trata de “decorar”, mas de acionar a informação recorrentemente por diversas perspectivas para registrar na memória de médio e longo prazo.

⁴⁸ Tipos de memória: a) Memória de curto prazo ou memória de trabalho (hipocampo): se refere à memorização de um número, por exemplo; b) Memória Semântica ou de longo prazo (lobo frontal) – se refere ao armazenamento de informações que fazem sentido, que são relevantes (necessárias) e que mexem com as emoções - um elemento da memória de curto prazo pode passar para esta a partir de aprendizados, de ressignificações e de emoções impactantes; e c) Memória operacional ou procedural – se refere ao campo motor e à execução de atividades (Cosenza; Guerra, 201).

O processo de categorização em si está relacionado às funções executivas superiores que, segundo Cosenza e Guerra (2011), implicam o conjunto de habilidades e de capacidades que permitem atingir objetivos, tais como: planejamento (estabelecimento e flexibilização de metas); automonitoramento e correção de rota; controle e avaliação de riscos; decisão (capacidade de escolher e responder pelo que escolheu). Essas habilidades e capacidades estão diretamente relacionadas à categorização.

A implementação de um elemento numa categoria, ou seja, sua acomodação numa categoria, e as possíveis reorganizações de membros de uma categoria se dão por meio da plasticidade cerebral ou neuroplasticidade, que são arranjos e rearranjos das conexões sinápticas que visam a ampliação da associação cognitiva e a consolidação da aprendizagem (Cosenza e Guerra, 2011; Bertoque, 2018; Flores e Bertoque, 2021).

Cosenza e Guerra (2011) explicam que o aprendizado acontece porque o sistema nervoso é plástico. A neuroplasticidade é a capacidade de fazer e desfazer ligações e, assim como a neurogênese, pode ser mais intensa em alguns períodos da vida (infância, adolescência e juventude) e reduzida em outros (vida adulta e velhice), ocorrendo até o último dia de vida⁴⁹ (Diamond, 2001; Cosenza; Guerra, 2011; Spalding *et al.*, 2013; Boldrini *et al.*, 2018).

Tanto a neuroplasticidade quanto à neurogênese são importantes para a efetivação dos processos de categorização. A aprendizagem pode ocorrer por meio de mais esforço cognitivo, atenção e envolvimento emocional; ou de modo natural, com baixo nível de esforço cognitivo, basicamente, com a própria exposição recorrente a um determinado contexto/ambiente. A aprendizagem, juntamente a outros fatores como a atividade física e alimentação, pode ampliar a neurogênese⁵⁰ e a neuroplasticidade.

⁴⁹ Spalding *et al.* (2013) analisaram cérebros congelados, doados após a morte de pessoas entre 19 e 92 anos, e identificaram que cerca de 700 neurônios são formados em cada hipocampo do cérebro e que um terço dos neurônios se renovam constantemente ao longo da vida. Boldrini *et al.* (2018) analisaram cérebro de pessoas saudáveis de 14 a 79 anos e identificaram progenitores neurais intermediários e milhares de neurônios imaturos no hipocampo, ratificando a neurogênese.

⁵⁰ Outros dois fatores que incidem sobre a neurogênese são: (i) a classe social porque impacta na qualidade de vida (tempo de sono, de lazer, alimentação adequada etc.); e (ii) as emoções (um cérebro estressado, traumatizado, ansioso etc. por muito tempo, tende a se transformar em

O cérebro busca padrões moldados social e culturalmente, a fim de interpretar as informações processadas pelos neurônios. O princípio da iconicidade apresenta o subprincípio da ordenação linguística, como uma tentativa de o falante descrever os acontecimentos na ordem cronológica que foram realizados. Por exemplo, a partir da prevalência de construções ativas no PB, observa-se que os acontecimentos são descritos a partir da entidade agentiva, em direção à entidade afetada/recebedora, como no exemplo (3a) deste capítulo (“... ela dá as coisa pra ele...”). No PB, o verbo “dar”, em sua estrutura argumental, requer 3 argumentos: “alguém” DAR “algo” “para alguém”. Essa ordenação linguística poderia ser invertida (como na construção passiva). A preferência pela ativa tende a indicar a satisfação de padrões do cérebro moldados social e culturalmente. O ato de “dar”, prototipicamente, inicia-se numa entidade agentiva que movimenta o objeto (algo) até as mãos da entidade recebedora, satisfazendo um padrão de ordenação/cronologia.

Considerando-se a gama de informações ao redor de uma pessoa, é inevitável que ocorram lacunas na informação registrada (o cérebro não consegue reter tudo o que ouve, vê, sente, toca). Por isso, ao recuperar uma informação, há a necessidade de inferir e buscar padrões, baseando-se no conhecimento enciclopédico, via categorização, e nas informações que ele conseguiu registrar daquele momento, resultando na percepção da realidade e não na realidade em si.

Além disso, devido ao princípio de economia linguística e à recuperação de informações por meio do contexto (que também tem a ver com o conhecimento enciclopédico), alguns elementos linguísticos podem ser suprimidos, como no exemplo (2d) (“... quando ela viu o ônibus passar... mas o ônibus já estava indo... e ela começou a gritar e todo o ponto de ônibus assim lotado... né? ela começou a gritar pro motorista... mas ela estava um pouco longe...”), requerendo-se o preenchimento das lacunas por meio da inferência. Os processos de inferência estão relacionados à busca de padrões para “fazer sentido”, assim, mais uma vez,

um cérebro “muito bom” para repetir essas ações, devido ao fortalecimento dessas sinapses). Tudo isso impacta o raciocínio e os processos de consolidação da categorização.

apoiam-se nas informações categorizadas, neste caso, nas que agrupam “ônibus” e “motorista” num mesmo campo semântico de relação.

Não se trata de categorização em termos aristotélicos, estáticos, fixos, requerendo-se que todos os traços de uma categoria sejam contemplados para que um dado elemento possa compô-la (Ferrari, 2011). A ideia de que um membro de uma categoria é flexível significa que esse elemento apresenta semelhanças com outros membros da categoria e que ele se adapta a vários contextos comunicativos, compondo outras categorias concomitantemente, a partir da integração de novas entidades como membros mais centrais ou mais periféricos na categoria e a partir de campos semântico-funcionais, nos quais se considera a relação das entidades e dos elementos associados a uma cena da experiência humana. Assim, “motorista” e “ônibus” compartilham uma mesma cena; mas também são estáveis (não fixos) porque se acomodam nas categorias possibilitando a interpretação de novas e diversas experiências (contextos).

3 Conclusão

Os estudos interdisciplinares contribuem para a compreensão de fenômenos complexos e multiformes, especialmente, aqueles que perpassam várias áreas de conhecimento, como a linguagem. Por isso, a proposta introdutória e interdisciplinar apresentada neste capítulo pode contribuir para a compreensão de fenômenos linguísticos nessa dimensão.

A categorização é uma das estratégias importantes na construção da associação cognitiva que se dá pela identificação, agrupamento de membros semelhantes, considerando-se as cenas da experiência humana (contextualização) e a recorrência de informações, consolidando ligações sinápticas que tendem a ser armazenadas na memória de médio e longo prazo.

Essa mobilização é contínua, tendo em vista que os processos de categorização implicam uma organização e reorganização cognitiva contínua, que são proporcionados pela neuroplasticidade, numa relação mútua entre as unidades de processamento mental. Consequentemente, o funcionamento do cérebro humano também ocorre em rede, ou seja, as unidades cognitivas são interconectadas e influenciadas mutuamente por uma rede complexa de

interações. Como a neurogênese e a neuroplasticidade ocorrem até o último dia de vida de uma pessoa (que não tenha doença neurodegenerativa), os processos de categorização prosseguem sustentando as atividades linguageiras.

Ao contrário do que se pensou por muito tempo, de que o estudo da linguagem por meio de discussões biológicas poderia indicar que a linguagem é inata, esses estudos reforçam a natureza social da linguagem. O cérebro é o aparato biológico, mas é o ambiente social que aciona e sustenta as ligações cognitivas e o processo que conhecemos como linguagem.

Ao estudar o processamento das informações no cérebro humano, é possível identificar vários fenômenos da LC e da LF, sendo operacionalizados. Isso também ratifica o caráter social da linguagem, pois trata-se de duas abordagens que constroem suas teorias fundamentadas na concepção de linguagem como processo de interAÇÃO social.

Neste capítulo, foram apresentadas noções introdutórias sobre a categorização e seu processamento cerebral, portanto, são necessários mais trabalhos dessa natureza. Além disso, outros fenômenos da LC e da LF, como a analogia, os *frames*, as metáforas conceptuais, a esquematicidade das construções gramaticais, entre outros fenômenos, podem ser inter-relacionados com o processamento cerebral, portanto, há uma gama de possibilidades para essas pesquisas interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira. **Elaborações de voz da fala goiana: o destaque ao argumento afetado**. Goiânia, 2014. 245 p. Tese de Doutorado em Letras – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira. Linguagem, Neurociência e Cognição: ampliando os fundamentos para o planejamento de aulas de língua portuguesa. **Revista Polifonia**. Cuiabá-MT, v. 25, n. 38.1, p. 193-388, maio-agosto/2018. ISSN 22376844. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7284>>. Acesso em: 10 set 2018.

BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira.; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. Aspectos Biofisiológicos no Processo Funcional da Linguagem. In: RESENDE, Briseida Dôgo de *et al.* (Org.). **Linguagem e cognição: um diálogo**

interdisciplinar. 1. ed. Lecce / Rovato: Pensa MultiMedia Editore s.r.l., 2015, p. 107-126.

BOLDRINI, Maura.; FULMORE, Camille A.; TARTT, Alexandria N.; SIMEON, Laika R.; PAVLOVA, Ina.; POPOSKA, Verica; ROSOKLIJA, Gozard B.; STANKOV, Aleksandar.; ARANGO, Victoria; DWORK, Andrew J.; HEN, René; MANN, J. John. Human hippocampal neurogenesis persists throughout aging. **Revista Cell**. v. 22, Issue 4, 5, April, 2018, p. 589-599.e5. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1934590918301218>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition**. Cambridge University Press, 2010.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSENZA, Ramon M. **Fundamentos de Neuroanatomia**. Guanabara Koogan, 2013.

DIAMOND, M. C. Response of the Brain to Enrichment. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, vol. 73, núm. 2, junho, 2001, pp. 211-220 Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/327/32773206.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

DIK, Simon Cornelis. **The theory of functional grammar**. v.1. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1989.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. **Manual de Psicologia Cognitiva**. Tradução: Luís F. M. Dorvillé, Sandra Maria M. da Rosa. Revisão técnica: Antônio Jaeger. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. Editora Contexto. 2011.

FLORES, Eduardo Almeida; BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira. Aquisição de língua e a paralisia cerebral: aspectos neurocientíficos da linguagem. In.: BERTOQUE, L. A. D. P.; AZEVEDO, T. A. G. de; TRENTIN, C. B.; PEDRINI, J. B. F.; RODRIGUES, G. F. de S (org.). O desenvolvimento social. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas-TO, v. 8 n. 46 (2021), p.247-260. ISSN: 2358-8322. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5978>>. Acesso em: 1 set. 2021.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In.: MARTELOTTA, Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

GEERAERTS, Dirk; GRONDELAERS, Stefan; BAKEMA, Peter. **The Structure of Lexical Variation**: meaning, naming, and context. Berlin - New York, Mouton de Gruyter, 1994.

LANGACKER, Ronald Wayne. **Foundations of Cognitive Grammar**. v. 1, Theoretical Prerequisites, Stanford, California, Stanford University Press, 1987.

MARTIN, John D. **Neuroanatomy**: text and atlas. 5. ed. New York: McGraw-Hill Higher Education, 2020.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALONSO, Karen Sampaio. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In.: SOUZA, Edson Rosa de (org.). **Funcionalismo Linguístico**: novas tendências teóricas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOUKHEIBER, Albert. **Your brain is playing tricks on you**: how the brain shapes opinions and perceptions. Great Britain: Hero, 2022.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PREHN, Kristin; MEER, Elke van der. Pupil size reflects cognition emotion interactions in analogical reasoning. In.: Blanchette, I. (edit). **Emotion and Reasoning**: current Issues in Thinking and Reasoning. London: Psychology Press, 2014, p. 134-153.

ROUSE, M. H. **Neuroanatomy for Speech-Language Pathology and Audiology**. 2. ed. Burlington, Massachusetts: Jones & Bartlett Learning, 2020.

SILVA, Augusto Soares da. A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades**. v. 1. Fases 1-2. 1997, p. 59-101. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323128700_A_Linguistica_Cognitiva_uma_breve_introducao_a_um_novo_paradigma_em_Linguistica>. Acesso em: 7 jan. 2025.

SPALDING, Kirsty L.; BERGMANN, Olaf; ALKASS, Kanar; BERNARD, Samuel; SALEHPOUR, Mehran; HUTTNER, Hagen B.; BOSTRÖM, Emil; WESTERLUND, Isabelle; VIAL, Céline.; BUCHHOLZ, Bruce A.; POSSNERT, Göran.; MASH, Deborah C.; DRUID, Henrik; FRISÉN, Jonas. Dynamics of Hippocampal Neurogenesis in Adult Humans. **Revista Cell**, v. 153, Issue 6, 1219 – 1227, June, 2013. Disponível em: <[https://www.cell.com/cell/fulltext/S0092-8674\(13\)00533-3](https://www.cell.com/cell/fulltext/S0092-8674(13)00533-3)>. Acesso em: 7 jan. 2025.

STERNBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Mente, cérebro e cognição**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN DE GRAAFF, Kent M. **Human Anatomy**. 6. ed. Boston: McGraw-Hill Higher Education, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 4. ed. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2005 [1

DADOS DOS AUTORES



(Pesquisas em Análise Linguística e Cognição - UFC) e Semioce (Grupo de Estudos Semióticos da UFC). Nas horas vagas, Alão aprimora seus conhecimentos de Libras e faz cafuné em algum de seus dois gatinhos, Frederico e Edmundo.

ANDRESSA SPINOSA, graduada em Letras Português-Italiano (UFC), possui mestrado em Linguística (UFC) e atualmente cursa doutorado em Linguística na mesma instituição. Tem interesse na área de descrição e análise das línguas português e italiano, ancorada na Linguística Cognitivo Funcional. Adora devorar literatura fantástica e jogar Super Mário World.



CAMILA NEIVA é formada em Letras-Inglês pela Universidade Estadual do Ceará, professora e pesquisadora apaixonada pela Linguística Cognitiva. Faz parte do Grupo Palco (Pesquisas em Análise Linguística e Cognição/UFC). Dedicar-se a pesquisas na área de descrição e análise linguística. Além de ensinar inglês, combina sua paixão pelo conhecimento com hobbies que refletem sua personalidade: a convivência com seus gatos, a prática do tarot e o interesse por espiritualidade.

CLARA SOUSA tem graduação em Letras: Português-Literaturas e Mestrado em Linguística pela UFRJ. Atualmente, cursa o Doutorado em Linguística na mesma instituição. Foi professora-substituta de Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense. É membro do Grupo LinC/UFRJ (Laboratório de Pesquisas em Linguística Cognitiva) e tem desenvolvido pesquisas sobre linguagem e intersubjetividade, sob as perspectivas da Gramática de Construções e da Linguística Cognitiva e com foco sobre a Gramática Cognitiva langackeriana.



CLAUDETE LIMA é Professora Associada da Universidade Federal do Ceará, onde atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Mestre e Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Desenvolveu pesquisa de pós-doutoramento sob supervisão de Maria Helena de Moura Neves (2019/2020). Tem experiência na área de Descrição do Português, com ênfase em Morfossintaxe, especificamente, na categoria de voz (média, passiva, impessoal), estudada na perspectiva cognitivo-funcional. Faz parte

do GEF - Grupo de Estudos em Funcionalismo e lidera o grupo PALCO - Pesquisas em Análise Linguística e Cognição. É editora-chefe da Entrepalavras, revista de linguística da UFC.

DIOGO PINHEIRO é Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde está lotado no Departamento de Linguística e Filologia. Ministra disciplinas de graduação para os cursos de Letras e Fonoaudiologia e é membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da universidade. Tem mestrado em Língua Portuguesa e doutorado em Linguística pela UFRJ, além de ter atuado como pesquisador visitante (estágio de pós-doutoramento) na Universidade de Lancaster (Reino Unido). É



um dos líderes do Grupo LinC (Laboratório de Linguística Cognitiva). Tem desenvolvido pesquisas sobre linguagem e intersubjetividade, sob as perspectivas da Gramática de Construções e da Linguística Cognitiva.



LEE PONTES é professor do setor de Linguagens e códigos da Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), com foco de atuação em Competências Comunicativas, Redação e Língua portuguesa. Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Linguística (PPGLin/UFC) e licenciado em Letras Português e Literaturas de Língua portuguesa pela UFC. Membro do Grupo Digital: Discursos e Digitalidades. Atuou como Professor substituto do Departamento de Letras Vernáculas da

UFC (2018-2019), ministrando disciplinas de Escrita Acadêmica e Práticas de Ensino de Língua Portuguesa e Leitura. Tem Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário Estácio. O campo de pesquisa em Linguística se centra em Linguística Cognitiva, Gramática Cognitiva, e em Estudos Críticos do Discurso.

LENNIE ARYETE DIAS PEREIRA BERTOQUE é mestre e doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Faz Estágio Pós-doutoral pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com parceria com a Università Roma Tre (UniRoma 3). É professora na UFMT-CUA, É coordenadora do Grupo de Estudos "Linguagem e Cognição Araguaia" (LinCA-UFMT). É membro do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM) da UFSCar. Participa do Projeto Rede de Estudos da Língua Portuguesa ao Redor do Mundo/UFG. É presidente da Associação Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (Gelco), gestão 2023-2025. Seus trabalhos se inserem na área de Letras/Linguística e de Educação, com ênfase em Linguística Funcional (LF), Linguística Cognitiva (LC) e Ensino de Língua Portuguesa.





pop e cultura LGBTQIA+.

PAULO HANDERSON RODRIGUES MOTA é graduando em Letras-Português/Francês e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), compõe o corpo docente de língua francesa do Núcleo de Línguas - Campus Bairro de Fátima da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tem interesse pelas áreas da Linguística Cognitiva, da Morfologia Cognitiva e da Teoria dos Espaços Mentais, desenvolvendo trabalhos no estudo de neologismos morfológicos nas redes sociais, em especial, em nichos de cultura